



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
INSTITUTO DE CULTURA E ARTE
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
HABILITAÇÃO EM JORNALISMO

IRÃ E POLÍTICA EXTERNA NO GOVERNO LULA

Lívia Pontes Fialho

Fortaleza
2012

LÍVIA PONTES FIALHO

Irã e Política Externa no Governo Lula

Monografia apresentada ao Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Ceará como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, sob a orientação do Professor Agostinho Gósson.

Fortaleza
2012

LÍVIA PONTES FIALHO

Irã e Política Externa no Governo Lula

Esta monografia foi submetida ao Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel. A citação de qualquer trecho é permitida desde que feita de acordo com as normas da ética científica.

Monografia apresentada à Banca Examinadora:

Prof. Agostinho Gósson (Orientador)
Universidade Federal do Ceará

Prof. Ms. José Ronaldo Aguiar Salgado (Membro)
Universidade Federal do Ceará

Profa. Dra. Liana Viana do Amaral (Membro)
Universidade Federal do Ceará

Fortaleza
2012

*para vovó Iracy (In Memoriam),
cujo legado de integridade nunca é esquecido.*

AGRADECIMENTOS

Ao meu avô, que adentrando uma escola pela primeira vez aos 12 anos, veio a ocupar os mais prestigiosos cargos acadêmicos em sua área, e me ensinou pelo exemplo a importância do conhecimento.

Ao professor e orientador Agostinho Gósson, cuja orientação e paixão pelas Relações Internacionais e pelo Jornalismo tornaram este trabalho possível. Sou grata pela convivência com seu exemplo de postura ética e de bom Jornalismo que transparece a cada frase, e pela a generosidade de partilhar, sempre humilde, um pouco do seu vasto conhecimento do mundo comigo.

Ao professor e coordenador do curso de Comunicação Social, Habilitação em Jornalismo, Riverson Rios, por estar sempre pronto a auxiliar os alunos de Comunicação com interesse, delicadeza e simplicidade constantes.

Aos meus colegas de curso, Adriana, Amanda, Camila, Cinara, Crissie, Débora e Felipe, que durante esses quatro anos de crescimento intelectual e pessoal contribuíram para dias mais leves, não levando tudo tão a sério.

RESUMO

O fenômeno da globalização, que interliga regiões e culturas de maneira intensa, despertou a discussão sobre a ordem internacional vigente. A revolução tecnológica dos meios de Comunicação no século XX criou novas formas de ação e interação da vida social e intensificou a relevância do papel da Comunicação para a compreensão do contexto local e internacional. A decodificação do mundo pelo indivíduo passa a depender largamente do conteúdo simbólico existente nos meios de Comunicação. Tais transformações incidem também sobre a interação das sociedades com os acontecimentos internacionais; a globalização mudou a disposição de grupos influentes na arena internacional, e passa a diluir o poder nessa esfera. O papel do Jornalismo em contribuir para a formação do imaginário internacional tornou a discussão sobre mídia e relações internacionais mais urgente por afetar a percepção da sociedade sobre processos diplomáticos importantes para a manutenção da estabilidade mundial. A iniciativa diplomática durante o segundo mandato do governo Lula esteve imersa nesse movimento, em 2010, quando o Brasil mediou um acordo, juntamente com a Turquia, que visou a diminuição da censura ao projeto nuclear da República Islâmica do Irã. Um histórico da estratégia de política externa no governo Lula, do regime de não-proliferação nuclear mundial, das relações bilaterais Brasil-Irã, além de aspectos históricos e políticos do Irã contemporâneo são resgatados para alicerçar o estudo. Verifica-se o papel da mídia através da análise da posição ideológica das formas simbólicas, apoiada no conceito crítico de Ideologia (THOMPSON, 2007), contidas em sete editoriais que abordam a temática do acordo denominado Declaração de Teerã, publicados em um dos maiores diários brasileiros, a *Folha de S. Paulo*.

Palavras-chaves: Mídia, Ideologia e Relações Internacionais

ABSTRACT

The phenomenon of globalization, which intensely interconnects regions and cultures, has awakened a discussion of the current world order. The technological revolution of mass media in the 20th century has created new forms of action and interaction within social life. Consequently, it has intensified the relevance of Communication's role in understanding the local and international conditions. An individual's decoding of the world has come to depend largely on the symbolic content present in mass media. Such transformations focus also on societies' interactions with global affairs. Globalization has changed the arrangement of influential groups in the international arena, and has now diluted some of that power that was once concentrated on a few. The role of Journalism in contributing to the formation of the international imaginary has made the discussion of media and international relations more urgent because it affects society's perception of diplomatic processes important to the maintenance of global stability. One diplomatic initiative during the second term of the Lula administration was immersed in this movement in 2010. Then, Brazil mediated an agreement, alongside Turkey, that intended to lessen censorship to the Islamic Republic of Iran's nuclear program. A history of the foreign policy strategy in the Lula administration, the regime of non-proliferation, bilateral relations between Brazil and Iran, and historical and political aspects of contemporary Iran were analyzed to fundament the present work. The role of media has been verified through the analysis of the ideological position of symbolic forces, predicated on the critical concept of Ideology (THOMPSON, 2007), in seven editorials that address the Declaration of Tehran agreement that were published in one of the biggest Brazilian dailies, the Folha de S. Paulo.

Keywords: Media, Ideology and International Relations

SUMÁRIO

1. Introdução.....	09
2. Jornalismo e as consequências da globalização.....	11
2.1. Globalização e relações culturais.....	11
2.2. O conceito de geopolítica e a atuação da mídia.....	16
2.3. Dialogando com as instituições: o Editorial.....	21
3. Buscando multilateralismo: Brasil, Irã, e a segurança internacional.....	25
3.1. Diplomacia “ativa e altiva” nos anos Lula.....	25
3.2. O Brasil e o regime de não-proliferação nuclear.....	31
3.3. Irã, de exemplo a inimigo do Ocidente.....	35
3.4. Relações bilaterais entre Brasil e a República Islâmica do Irã.....	40
3.5. A declaração de Teerã: conexão perigosa?.....	43
4. A Declaração de Teerã nas páginas da <i>Folha</i>.....	48
4.1. Teoria crítica da Ideologia.....	49
4.2. A trajetória da <i>Folha de S. Paulo</i>	56
4.3. Poder e dominação: um acordo em desalinho.....	60
5. Considerações Finais.....	69
Referências.....	73
Anexos.....	76

1. INTRODUÇÃO

Os campos da Comunicação e das Relações Internacionais tratam de duas áreas complexas e em constante evolução. De relance, podem parecer ter pouca afinidade. Entretanto, as duas áreas de estudo compartilham, entre outras coisas, o momento histórico em que ocorreram suas primeiras sistematizações científicas: a partir do século XX, principalmente no período entre guerras, ambas as disciplinas trataram de se desenvolver, embora já fizessem parte das transformações na história humana há muito mais tempo. Também as duas têm a peculiaridade de examinar objetos em movimento: a Comunicação, os fenômenos midiáticos, e as Relações Internacionais, os processos de expansão e retração das relações entre estados.

Com a revolução tecnológica dos meios de Comunicação, que reduziu distâncias e fronteiras, as relações interestatais sofreram mudanças. Esta nova ordem mundial ainda em formação, que possui resquícios de uma era bipolar não tão distante, leva países alheios ao grupo das grandes potências a tentarem redefinir a extensão do eixo de influência internacional. Entre eles, está o Brasil. Esta tentativa configurou-se no projeto de política externa desencadeado na presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, durante os dois mandatos que exerceu.

Temática tão complexa pode ser tida como ambiciosa para um trabalho de conclusão de curso no nível da graduação; mais do que apresentar quaisquer respostas, a análise que se tentou buscar aqui tem o intuito de incitar uma discussão sobre o lugar do Brasil no mundo e o papel da mídia brasileira nesse percurso. Questiona-se, também, a concentração de poder no sistema atual de decisão internacional e a legitimidade desse modelo. Como recorte de estudo, nos detemos a uma iniciativa diplomática que ilustra o movimento acima descrito: o acordo trilateral entre Turquia, Brasil e República Islâmica do Irã, denominado Declaração de Teerã e assinado em 2010. O documento tinha como principal objetivo aliviar tensões internacionais sobre a finalidade do programa nuclear iraniano, e enfatizar o direito do uso pacífico da energia nuclear por todas as nações sob o regime de não-proliferação mundial. Como objeto de pesquisa, que reforça o interesse deste trabalho em explorar a interseção entre Jornalismo e Política Externa, estão sete editoriais publicados durante o período de negociação do acordo em um dos maiores jornais brasileiros, a *Folha de S. Paulo*.

A pergunta lançada, que tenta ser respondida ao longo deste trabalho, detem-se na evidência, ou não, do caráter ideológico dos editoriais analisados, que podem sustentar relações

de dominação, contribuindo para a manutenção do *status quo* do sistema internacional sob a concepção crítica de ideologia de Thompson (2007).

Para compreender esses processos, no primeiro capítulo tratamos da Globalização e as transformações na Comunicação, que, entre outras, fizeram do Jornalismo ferramenta importante para a decodificação do mundo pela sociedade, sob a luz dos conceitos de Thompson (1998), Bauman (1999) e Steinberger (2005). Utilizando a análise de Marques de Melo (1985) e a visão do editorial como ponte para o diálogo entre a instituição jornalística e o Estado, a sociedade ou as demais organizações civis, detemo-nos também na relevância desse produto jornalístico.

A contextualização histórica que fundamenta o estudo sobre os objetivos e razões para a assinatura da Declaração de Teerã, bem como os motivos para a reação muitas vezes crítica da mídia e de outras nações sobre a iniciativa turco-brasileira, é privilegiada no segundo capítulo. Ressalta-se, porém, a dificuldade de estudar essa temática devido ao caráter sigiloso de muitos documentos diplomáticos que poderiam esclarecer o processo. Pareceres de especialistas das Relações Internacionais (CERVO, 2010; ALMEIDA, 2005; REZENDE, 2011) e ensaios produzidos pelo ex-chanceler durante os dois mandatos do governo Lula, Celso Amorim (2010), serviram de apoio para essa análise. Neste capítulo, são abordadas as temáticas do regime de não-proliferação nuclear, aspectos históricos e políticos do Irã na contemporaneidade, e a tradição das relações bilaterais entre o Brasil e a nação persa. O nascimento da Declaração de Teerã e suas especificidades são abordados nessa seção, que fornece o alicerce da compreensão da problemática.

A leitura crítica dos editoriais selecionados é desenvolvida no último capítulo, apoiada na teoria crítica da ideologia de Thompson (2007) e nas estratégias de dominação através da hermenêutica de profundidade, onde exploramos os mecanismos utilizados para sustentar relações de poder no âmbito da política internacional, no tocante à Declaração de Teerã e às relações Brasil-Irã. O significado da *Folha de S. Paulo* em meio ao mercado de Comunicação no Brasil, e o histórico de transformações que o jornal sofreu no fim do século passado contribuem para situar esse veículo na relação da mídia com a política externa.

As indagações aqui expostas tentarão salientar a importância de um diálogo sobre a diplomacia brasileira e os direitos e deveres do governo brasileiro, em um momento que pode culminar com a descentralização do poder mundial, onde o Brasil se depara com o peso e a responsabilidade de ser um ator emergente na arena internacional.

2. JORNALISMO E AS CONSEQUÊNCIAS DA GLOBALIZAÇÃO

2.1. GLOBALIZAÇÃO E RELAÇÕES CULTURAIS

Nenhuma outra esfera da vida interliga povos, países e culturas na escala que fazem os meios de comunicação. No atual momento histórico, marcado pela presença da mídia em todas as facetas da vida, estados nacionais se confrontam com o desafio de legitimar governos não só perante eleitores, mas a grande massa midiática. As opiniões e interesses desses eleitores, por sua vez, possuem agora potencial de propagação antes reservado a líderes políticos. Conquistar espaço na contemporaneidade trata-se menos do número de exércitos que possui um país, e mais da capacidade de se lidar com os canais de comunicação. O campo jornalístico contribui para a compreensão da realidade social local pela sociedade. Quando tratamos da compreensão da política externa e do conhecimento de povos e culturas longínquas, ele se torna essencial.

Na cobertura do noticiário internacional, mais do que em qualquer outra, o jornalismo influencia na construção do imaginário social. Enquanto a Comunicação passou a permear quase todos os campos da vida social, as relações internacionais mudaram em resposta ao novo contexto, estabelecido por alguns autores como uma nova ordem internacional, que seria agora midiática (STEINBERGER, 2005)¹. Defensores dessa perspectiva afirmam que na “dimensão cognitiva da nova ordem, a mídia é o mapa que articula nossa compreensão do mundo, sobrepondo-se às ordens militar, diplomática e acadêmica” (STEINBERGER, 2005).

Em 1910, Norman Angell, teórico britânico de Relações Internacionais, apontava fenômenos como integração global e globalização da comunicação, hoje referenciados corriqueiramente, como peças centrais na transformação das relações entre estados nacionais, e também dessas relações entre a população e a política externa à época.

Angell se referia então às grandes potências: Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos. O fenômeno da interdependência das redes mundiais existe em grau e extensão variados desde o

¹ Steinberger (2005, p. 24): “É a indústria cultural e os meios de comunicação de massa que tem hoje o poder de configurar mentalidades e, portanto, o apoio social necessário à consolidação do projeto de qualquer liderança internacional.”

século XVI. É então compreensível que, mais de cem anos atrás, se discutia efeitos da globalização que hoje experimentamos de forma muito mais intensa e complexa.

Quando o fenômeno da globalização se alastrou pelo mundo, tal discussão também foi ampliada. O uso dos meios de comunicação como os conhecemos hoje transformou a organização de tempo e espaço da vida social, criando novas formas de ação e interação. Simultaneamente, “novas formas de exercer o poder, para além das fronteiras nacionais, tornaram-se viáveis” (THOMPSON, 1998).

As mudanças do último século nas sociedades e nas relações culturais não podem ser entendidas sem que se leve em conta o impacto das transformações comunicativas no contexto mais amplo da vida social (THOMPSON, 1998). Esse impacto não se aplica apenas à compreensão do presente local, mas também do passado de lugares longínquos (o que impacta a percepção atual):

A crescente disponibilidade de formas simbólicas mediadas foi gradualmente alterando as maneiras nas quais as pessoas iam compreendendo o passado e o mundo além de seus contextos sociais imediatos. O papel das tradições orais não foi eliminado, mas estas tradições foram suplementadas, e até certo ponto reconstituídas, pela difusão dos produtos da mídia (Thompson, 1998).

Ao passo que a mídia abrangia cada vez mais a vida das pessoas, o processo de tomada de informação sobre movimentos e regiões fora do alcance do público era feito não mais pelos livros de história, mas pelos jornais, revistas e televisão. A compreensão do mundo do indivíduo passou a depender largamente do conteúdo simbólico veiculado nos meios de comunicação. Ao mesmo tempo, houve também a transformação da forma de interação do indivíduo com acontecimentos internacionais.

A globalização está na origem deste processo de interconexão entre diferentes partes do globo, que levou a níveis de interação e de interdependência mundiais sem precedentes. Em meio às diversas definições disponíveis de globalização, Thompson ressalta três pré-requisitos para identificar o fenômeno sem que este seja confundido com a “internacionalização” ou “transnacionalização”.

Atividades “globalizadas” devem acontecer numa escala global, ou pelo menos não regional, e devem ser também coordenadas como tal. O terceiro e mais importante pré-requisito

trata do grau de reciprocidade e interdependência dessas ações, que são modeladas ou impactadas por outras a milhares de quilômetros de distância (THOMPSON, 1998).

Nessa perspectiva, é necessário que haja uma interconexão sistemática e efetiva entre todas as regiões mundiais, o que, ainda hoje, está em processo de formação. Para Bauman (1999), no entanto, o termo globalização se refere primeiramente a efeitos e não às iniciativas de nível global. O autor atrela a noção do termo também a um sentimento de falta de ordem mundial:

O significado mais profundo transmitido pela idéia da globalização é o do caráter indeterminado, indisciplinado e de autopropulsão dos assuntos mundiais; a ausência de um centro, de um painel de controle, de uma comissão diretora, de um gabinete administrativo (BAUMAN, 1999, p. 67).

Faz-se necessário destacar, também, as várias proporções com que diferentes grupos da sociedade são atingidos pela globalização. O estreitamento dos laços mundiais e a maior facilidade de acesso aos meios de comunicação e, efetivamente, ao conhecimento, não refletem uma diversidade efetiva de indivíduos nesse contexto. Esse “outro”, como se refere Bauman (1999), está na periferia do processo que se diz global e, invariavelmente, ainda tem seu destino moldado muito mais pelas pressões locais. Surge, aí, o conceito de “glocalização” como unidade entre as pressões globalizantes e locais.

A globalização seria essencialmente um movimento de “concentração de capitais... e todos os outros recursos de escolha e ação efetiva, mas também, talvez, sobretudo – de *concentração da liberdade* de se mover e agir”, comenta Bauman (1999).

Como fenômeno que ainda depende de filtros da política interna das nações (NYE, 1998) posto que o Estado mantém sua relevância e um nível significativo de controle na maior parte dos países, a mídia reflete essas pressões, a cabo que ela propaga a globalização e continua sujeita às pressões da política interna que filtra os efeitos globalizantes.

Se hoje o global se refere efetivamente ao mundo (ou a maior parte dele, incluindo organizações não-governamentais e comunidades supraestatais, mesmo que em proporções desiguais), até o fim da Guerra Fria a cena global era o palco da política entre estados, que tinha como principal objetivo a preservação das fronteiras e da soberania das nações (BAUMAN, 1999). De maneira quase paradoxal, a bipolaridade da época estimulou a formação da política de blocos promovida pelas duas potências rivais, Estados Unidos e Rússia, que estimularam um

novo princípio de integração supraestatal. “O 'cenário global' era visto cada vez mais como o teatro da coexistência e da competição entre grupos de Estados e não entre os próprios estados”, completa Bauman (1999).

Na base da política de blocos estava a noção de que nenhum país poderia ser autossuficiente econômica, militar ou culturalmente. O estado não poderia mais se autossustentar; a integração global era inevitável. Concomitantemente, a organização da atividade econômica e a internacionalização de grandes bancos e indústrias – incluindo as de comunicação – construíram a base para o fluxo de informação globalizado, juntamente com outras formas de poder, entre eles o simbólico.

A expansão dos conglomerados de comunicação provocou um fenômeno desigual, que incluiu algumas regiões mais rapidamente que outras, como ressalta Thompson:

Conglomerados de comunicação expandiram suas operações para outras regiões fora de seus países originais e parte dos interesses financeiros e industriais, dentro de explícitas políticas globais de expansão e diversificação, foi canalizado para a aquisição substancial de ações nos setores de informação e de comunicação (THOMPSON, 1998).

A geração de desigualdades comunicacionais, onde alguns países detêm a maior parcela do fluxo de informação por concentrarem as principais empresas, afeta a qualidade de informação que circula por regiões menos representadas economicamente no negócio midiático.

Um número reduzido de corporações assume a liderança na comercialização de produtos e serviços de informação, como visto pelas fusões de grandes conglomerados no âmbito nacional e internacional. A luta por espaços na arena internacional continua agora não na forma geográfica, mas sim informacional (STEINBERGER, 2005).

No processo globalizante, a mídia exerce papel dual, legitimando as mensagens que reforçam a globalização e que explicam e decodificam o mundo para os cidadãos imersos nesse processo, e sendo “máquina produtiva” (MORAES, 2003) que lucra com a globalização econômica.

Não apenas legitimam o ideário global, como também o transformam no discurso social hegemônico, propagando visões de mundo e modos de vida que transferem para o mercado a regulação das demandas coletivas (MORAES, 2003).

Nascem, a partir dessa concentração, discursos “globais” que fomentam o debate público de problemas transnacionais (FORD, 2003). Assim, a mídia discute com muito mais facilidade problemas como direitos humanos e propagação do tráfico de drogas internacional através da publicidade ou da eleição de certos problemas internacionais como de maior relevância, entre eles o genocídio e a fome.

O crescimento dos fluxos informacionais globais estão na base da globalização e da interdependência das redes mundiais. Esse contexto, de acordo com Ford (2003), torna necessário um olhar especial para a “comunicação, cultura e mediações simbólicas, para os diversos tipos de desinformação e de hiper-informação”.

A liberdade iminente que uma rede global de Comunicação traria também é limitada, já que ela é usada com muita seletividade, onde poucos grupos tem a oportunidade de emprestar voz ao movimento, com a crescente concentração de conglomerados midiáticos. A narrativa globalizante reduz a complexidade e as contradições presentes nas mais variadas sociedades contemporâneas, e se refere principalmente à “casta de globais”, aos “cidadãos globais” que têm a possibilidade de desfrutar de, se não todas, da maioria das dimensões positivas da globalização que são propagadas como ao alcance de todos (BAUMAN, 1999).

O nível decididamente menor em que articulações com essas outras experiências são feitas pode levar, como aponta Bauman, a uma ruptura de Comunicação potencialmente desastrosa. À medida que as periferias processam o que é dito sobre elas – e não para elas – nesse fluxo, surgem conflitos. Essa periferia é mais bem entendida de forma genérica, massificada e anônima. O grupo dominante no processo globalizante não sabe como reagir ao “outro”, sendo este uma comunidade no Oriente Médio ou o próprio Islã.

A situação se torna mais grave quando pensamos na importância estratégica das relações internacionais nessas comunidades, que, pela forma como a globalização funciona, podem ter sua influência aumentada exponencialmente através da mídia com pouco esforço, se comparado há algumas décadas. Bauman cita Wojciech J. Burszta ao descrever o contexto de contradições: “Sob a fina película dos símbolos, rótulos e utilidades globais ferve um caldeirão do desconhecido – no qual não estamos particularmente interessados e sobre o qual na verdade

temos pouco a dizer.” Independente da quantidade do que se tem a dizer sobre esses grupos, eles impactam nosso mundo e as relações entre estados, em proporção igualmente inédita.

As transformações até então descritas no campo da comunicação têm o poder de afetar e alicerçar as percepções da opinião pública e do imaginário social, no que diz respeito a questões locais, nacionais, regionais e globais. As leituras da mídia podem contribuir para a formação de políticas públicas e para a aceitação, ou não, destas pela sociedade, que projeta também novas demandas.

2.2. O CONCEITO DE GEOPOLÍTICA E A ATUAÇÃO DA MÍDIA

Como já foi ressaltado, a mídia possui papéis conflitantes; o de informar sobre os processos e de, ao mesmo tempo, estar imersa neles. Steinberger (2005) afirma que, na formação do imaginário geopolítico social, jornais e televisões não apenas fazem público interesses institucionais de governos e grupos sociais, mas têm seus interesses também propagados, não só pela modalidade de empresa capitalista, mas pelo próprio rumo que toma a produção nas redações.

Como formadores de opinião, os jornalistas tendem inconscientemente a articular os fatos geopolíticos em sua linguagem tipicamente marcada pelo maniqueísmo e pelo sensacionalismo. Além disso, os processos econômicos e organizacionais de produção da notícia intervêm substancialmente em sua veiculação, desde a seleção das pautas (agenda-setting), passando pela escolha das fontes e chegando ao dimensionamento da importância do fato na hierarquia do noticiário (STEINBERGER, 2005, apud cf. Wolf, 2011, Traquina, 2002).

Dividindo o poder de formação da opinião pública internacional com estados, organismos internacionais e a sociedade civil, a mídia passa a atuar também como ferramenta geopolítica, argumenta a autora. No tocante ao noticiário internacional no Brasil, o processo ainda é mais complexo e centralizado, com a dependência de agências de notícias internacionais como a Associated Press (AP) e Reuters para alimentar o fluxo de notícias.

No cotidiano de nossas redações, a checagem das informações nas fontes primárias é praticamente nula, e sua reciclagem de um veículo para outro é intensa; em geral, a internet, as rádios e a televisão tomam a dianteira, ficando os jornais com mais tempo para “cozinhar” os fatos, isto é, contextualizá-los e interpretá-los. Na prática, contudo, isso se dá muito raramente, pois as empresas preferem “importar” articulistas e comentaristas de fora, gente de renome internacional que assina textos para grandes jornais e revistas como *The New York Times*, *The Independent*, *Newsweek*, etc. A grande exceção é a participação de correspondentes e enviados especiais, circunscrita apenas aos grandes veículos e, ainda assim, com limitações. Em geral, portanto, é a própria mídia que desempenha o papel de formadora de opinião dos nossos jornalistas, a mídia “de fora” e a mídia interna com maior poder de difusão (STEINBERGER, 2005).

Como no próprio espaço geopolítico, onde, apesar de uma diversidade de discursos, ainda existem os agentes que os articulam (nesse caso as grandes potências e organismos internacionais), o noticiário internacional no Brasil é guiado pelos grandes conglomerados de comunicação global. Os jornalistas brasileiros passam então a ter suas opiniões formadas pela imprensa internacional, num ciclo vicioso (Steinberger, 2005).

O caso brasileiro não é, porém, isolado: a maioria das sociedades atualmente não tem acesso a outras fontes para entender a arena internacional e seus acontecimentos senão através destes filtros controlados por poucos, sediados nas grandes potências.

O que contribui para esse processo já centralizado é a herança do *modus operandi* da Guerra Fria, tanto na forma utilizada pelos jornais para reportar sobre acontecimentos internacionais, como na própria diplomacia internacional. Por quarenta anos, o mundo esteve acostumado a dividir a arena internacional em duas vertentes opostas; a imprensa acostumou-se, ao mesmo tempo, a recorrer ao maniqueísmo criado pela competição entre Capitalismo x Comunismo.

Não é difícil perceber a tendência para apontar mocinhos e bandidos no noticiário internacional, seja este de cunho opinativo ou não. Após a queda do muro de Berlim, o novo vilão que deve ser combatido pelas sociedades ocidentais se encontra no Islã e nos países da Península Árabe. Tanto a imprensa – de um modo generalizado – construiu essa imagem, como também o fazem governos ocidentais diversos, principalmente o dos Estados Unidos. Ainda é difícil para esses dois atores superar tal modelo de construção política internacional. Ao passo que uma nova ordem mundial se estabelece, é necessário que se criem novas formas de compreensão do mundo, mais complexas e sofisticadas. Permitir a continuação de um noticiário que polariza os dois

“inimigos”, Ocidente e Islã, sem apontar suas causas e entender suas nuances, contribui apenas para o desconhecimento profundo de um pelo outro.

Esse discurso midiático maniqueísta não é de todo original: ele vem imbuído da influência de atores estatais e supraestatais, como diplomatas, assessores militares, porta-vozes de governos etc. O que há de mais atraente no que é veiculado na mídia é a forma como ela se apropria dos diferentes discursos, aponta Steinberger (2005), que os considera “reconversões simplificadoras” de falas institucionais.

(...) as linguagens jornalística, diplomática, militar, acadêmica (e os seus respectivos gêneros de expressão) vivem uma espécie de guerra de representações, cada uma tentando suplantar a outra com sua “visão de mundo”. (...) A linguagem jornalística leva nítida vantagem em relação às demais, pois só ela tem aquele poder combinado de fazer multiplicar em grande escala e velocidade sua versão dos fatos e, ao mesmo tempo, criar uma versão legitimada socialmente com o selo de alta confiabilidade. A vantagem da velocidade traduz-se não só em valor de atualidade, mas também na presteza com que ela responde às demandas informacionais sempre crescentes da modernidade. Nesses termos, a mídia é o principal agente de formação da opinião pública e também sujeito do espaço público que, cada vez mais, ganha legitimidade como mediador de sociabilidades cotidianas dos cidadãos em nível internacional. Como gestora do espaço público, a mídia reconverte os pleitos e os interesses de seus clientes à gramática jornalística (STEINBERGER, 2005).

A relação entre Jornalismo e Relações Internacionais vem sendo foco de maiores estudos recentemente; mesmo assim, ainda se trata de um campo que recebe pouca atenção. Do lado das Relações Internacionais, teorias mais sólidas sobre o papel da mídia como ator no processo de decisão na política externa vêm sendo desenvolvidas. É interessante apontar que, nessa relação, o impacto midiático no imaginário social das Relações Internacionais reflete também na produção científica desse campo.

Algumas teorias, como o efeito CNN, reforçam o impacto da mídia (principalmente televisiva) na tomada de decisão por parte de legisladores e governos (em especial o norte-americano e inglês), mas em situações específicas de ajuda humanitária ou tragédias naturais, como no caso da Somália nos anos 1980, e nas guerras civis do Kosovo e da Chechênia, por exemplo, nos anos 1990. O efeito CNN frisa a ação por parte de governantes pressionados pela cobertura midiática intensa de uma crise internacional. As fotos de crianças famintas na África dos anos 80 levaram grandes potências, alega a teoria, a interferirem enviando mais ajuda

humanitária, no caso norte-americano. Em casos mais extremos, os legisladores do mesmo país apoiaram intervenções militares em grande parte influenciados pela mídia.

Vigevani (apud Steinberger, 2005) remarca na capacidade da opinião pública, estimulada por organizações não-governamentais e pela mídia, a influenciarem o curso de políticas externas em governos. Apesar desses atores, incluindo os meios de Comunicação, terem participação nessa área em décadas anteriores, a maior diferença nesse processo hoje é a forma de atuação: ao invés de depender e atuar no campo internacional através dos estados nacionais, a mídia hoje faz articulações que não se sustentam diretamente neles.

O autor cita outros exemplos onde a opinião pública, alicerçada pelos meios de Comunicação, influenciou em políticas internacionais e na crescente importância para respaldar intervenções humanitárias da Organização das Nações Unidas (ONU), como já mencionamos. É necessário atentar, resalta o autor, para a questão em foco com as mudanças tecnológicas e a globalização, que fizeram com que o estado nacional não guardasse o “monopólio de representação da vontade popular”, onde questões internacionais sempre foram legitimadas por meio de atores governamentais. Com o novo contexto internacional, onde o estado nacional está enfraquecido, mas ainda detém a tomada de poder na ocasião de grandes crises (como a atual crise econômica europeia e norte-americana), é preciso que um novo modelo seja pensado para aglutinar todos os atores agora em jogo no processo de discussão de grandes questões internacionais. Steinberger ilustra esse contexto:

(...) as potências hegemônicas buscam adesão internacional para suas causas interpelando o cidadão diretamente em sua casa através dos meios de Comunicação de massa (filtrados pelas agências de notícias) e ignorando o estado como instância mediadora de representação política da sociedade. Isso se dá também num contexto em que os efeitos de sentido dos discursos jornalísticos vão além do estrito espaço noticioso das mídias, reverberando em todas as formas de produção cultural (STEINBERGER, 2005).

Apesar da nova conjuntura, a cobertura internacional ainda sofre com o caráter casual dos eventos. Guerras civis ou tragédias naturais em regiões próximas (e de proporções parecidas) recebem atenção desigual – como se os meios de Comunicação tivessem uma “predileção” momentânea por tal ou qual desastre natural ou crise internacional sem motivos claros.

Países que geralmente não estão no radar internacional surgem no noticiário de forma intensa em razão de um “súbito” conflito interno. A verdade é que, pela quantidade de

informações disponíveis na cobertura internacional, é difícil acompanhar o desenrolar de cada acontecimento relevante em cada país. O público, por isso, é geralmente surpreendido com guerras e ações militares que estavam em processo há tempos, mas que não receberam atenção dos meios de Comunicação até que algum fato “concreto” ocorresse como no caso recente dos protestos da Primavera Árabe, que só receberam mais atenção após a renúncia do primeiro ditador. Essa estratégia é prejudicial para o leitor que, muitas vezes, não entende a complexidade das relações internacionais e dos acontecimentos em virtude de uma cobertura, de certo modo, aleatória.

Mensurar o impacto da cobertura jornalística em decisões de política externa é tarefa se não impossível, muito difícil. Por isso, enquanto se admite o papel da mídia nesse processo, entendê-lo com exatidão se apresenta como missão complexa devido às variantes presentes. O Brasil, que comparado a outras potências como a França e a Alemanha tem uma atuação internacional tímida, viu a relação entre Jornalismo e Política Externa mudar mais claramente a partir do primeiro mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva².

A relação entre a cobertura de política externa pela mídia brasileira e a diplomacia, tanto na atuação dos governos brasileiros como na academia, tiveram por muito tempo focos divergentes. Almeida (1999) *apud* Steinberger (2005) comenta que “a posição internacional do Brasil – um país periférico e dependente – nunca foi determinada pelas grandes linhas dos conflitos estratégicos globais”, enquanto a mídia brasileira recebe a maior parte da cobertura de grandes conglomerados estrangeiros e se sustenta neles. Como aponta Gilboa (*apud* CAMARGO, 2007):

(...) os efeitos que a comunicação internacional exerce na condução e formulação da política externa devem ser entendidos tanto na possibilidade de constranger os líderes políticos, quanto podem provê-los com oportunidades para alcançar seus objetivos: “*The global news media have affected both the policy-making and the interactive phase of foreign policy*” (CAMARGO, 2007, p. 8).

2 35º Presidente da República do Brasil governou durante dois mandatos entre o período de 2003 e 2011.

2.3. DIALOGANDO COM AS INSTITUIÇÕES: O EDITORIAL

É partindo do entendimento da mídia como peça-chave na construção desse imaginário que nos propomos a analisar o editorial, que tem como objetivo veicular a opinião dos “tomadores de decisão” dentro das empresas jornalísticas. Embora exista uma “negociação implícita” entre jornalistas e a diretoria da empresa dentro das redações, na *Folha*, devido também ao caráter de empresa familiar preservado até hoje, tanto o patriarca Octávio Frias de Oliveira como o filho, Otavio Frias Filho, mantiveram e mantêm certo controle sobre os editoriais, como detalharemos mais a frente. Buscaremos também, a partir da análise de editoriais do diário Folha de S. Paulo, ressaltar as relações entre mídia, estado e organizações supraestatais que impactam as relações internacionais, e impactaram as relações diplomáticas entre o Brasil e a República Islâmica do Irã no ano de 2010.

A escolha do gênero opinativo, expresso na forma de editorial para análise neste trabalho, foi feita a partir da percepção do gênero como propagador de um diálogo sobre as instituições públicas e a direção das ações governamentais, iniciado pelas empresas Jornalísticas com o próprio estado (MARQUES DE MELO, 1985). Nessa perspectiva, a produção dos editoriais se baseia na observação, na sociedade, dos temas mais relevantes do momento, em uma tentativa de impactar o desenvolvimento de políticas governamentais. Enquanto o editorial se dirige formalmente à coletividade, toma forma diferenciada no contexto brasileiro, o que nos leva a reforçar a finalidade da publicação para dialogar com o estado:

Mas se o editorial expressa essa opinião das forças que mantém a instituição jornalística, torna-se necessário indagar para quem se dirige em sua argumentação. A resposta poderia ser tranquila: a opinião contida no editorial constitui um indicador que pretende orientar a opinião pública. Assim sendo, o editorial é dirigido à coletividade (MARQUES DE MELO, 1985, p. 79).

Sem uma sociedade civil forte e organizada, pondera o autor, que se contrapõe efetivamente ao poder do estado, ao publicarem seus editoriais, empresas Jornalísticas, ao invés de investirem na influência da “opinião pública”, falam diretamente ao estado, assumindo o lugar da sociedade civil. Isso não significa, porém, que as publicações diárias reproduzem as angústias da coletividade, mas sim, fazem a defesa de seus próprios interesses (MARQUES DE MELO,

1985).

Já Beltrão (1990) reforça a necessidade da veiculação da opinião das empresas jornalísticas e vê a informação no editorial não apenas como uma defesa de grupos ligados à empresa, mas que dá atenção aos problemas sociais. O autor defende não o direito, mas o dever do Jornal de expressar sua opinião devido à posição privilegiada que ocupa na sociedade civil; se tornando “fator importante na opção da comunidade pelo mais seguro caminho à obtenção do bem-estar e da harmonia do corpo social”. Essa “superioridade” das empresas Jornalísticas, que teriam as ferramentas e o conhecimento necessário para guiar o corpo social torna a veiculação do editorial tão relevante.

A publicação que se abstém de dar sua opinião, aponta o autor, falha com seu compromisso social. Citando Mostaza (apud BELTRÃO, 1990):

Um Jornal sem voz nem voto é como um homem sem Juízo. Jornalismo que não se sente capaz ou não pode dar orientação nem formular critérios é um Jornalismo sem uso da razão”, proclama Mostaza. E acrescenta: “O editorial faz transcender de sua peremptória urgência a notícia. A realidade humana – única que interessa no Jornalismo – fala por meio do acontecimento, e o editorial tem de traduzir essa linguagem dos fatos, ininteligíveis ao não especializado, em termos de geral compreensibilidade. Ao traduzir o idioma da realidade, o editorial nos dá o significado do que acaba de acontecer. (BELTRÃO, 1990).

Como todo texto opinativo, o editorial tem a característica de prover o leitor com uma análise dos fatos que presa pelas diversas nuances de uma situação, ao contrário da notícia Jornalística, que deve apenas apresentar esses fatos e os personagens envolvidos. O editorial produz uma teia mais complexa do que se passou, inserindo-o na realidade social e política da comunidade, e tem a vantagem da dimensão da profundidade que não possui a notícia. No tocante a assuntos internacionais, área em que geralmente os leitores não possuem conhecimentos vastos, pode-se afirmar que o caráter analítico do editorial é ainda mais importante e influente.

Com menos chance de formar seu próprio Juízo sobre os acontecimentos, o leitor depende da análise do editorial para entender as implicações do fato internacional.

O editorial não depende da notícia para surgir: às vezes se antecipa a ela, o que faz parte de um dos atributos do gênero, a topicalidade (BELTRÃO, 1990): muitas vezes o tema abordado por um editorial ainda está em processo de amadurecimento; talvez caminhe para uma situação concreta, mas Já é percebido pela sociedade. Essa possibilidade de opinar sobre o indefinido pode ter consequências adversas, com Juízos pré-definidos que acabam por influenciar uma parcela da

sociedade civil sem que se tenha maiores informações.

Um bom editorial deve ser curto, e conciso. Quanto menos ideias melhor, afirma Beltrão. É vantajoso que uma ideia central seja reforçada por todo o texto. Afirmarções devem ser priorizadas em relação a demonstrações com provas e dados, o que reflete o caráter opinativo do editorial.

O contexto de contradição social em que se insere a empresa Jornalística, lidando com pressões sociais e contradições específicas à sociedade em que vivemos, existe dentro de sua estrutura hierárquica, e nos interesses e defesas articulados no texto editorialístico. Não há uma percepção monolítica refletida no editorial, sendo este produto do equilíbrio de vários olhares e necessidades de acionistas, diretores da empresa e anunciantes, por exemplo. Chaparro (2001, p. 99) *apud* Steinberger (2005), ilustra essa contradição:

(...) a atualidade é um ambiente de conflitos onde se confrontam ações em favor de interesses particulares. Tudo deságua no ambiente de informação, do qual fazem parte, também, os interesses dos media e dos mediadores – econômicos, políticos, profissionais, ideológicos... e porque todos são interesses mais ou menos antagônicos, provavelmente legítimos, dos confrontos resultam os ajustamentos que produzem a evolução e aperfeiçoamento dos modelos e valores da convivência humana. Ao fazer o relato e comentário da atualidade, o Jornalismo está sempre diante do dilema de privilegiar um interesse em detrimento de outros. E os Jornais fazem opções (STEINBERGER, 2005).

Os Jornais fazem sim “opções”, mas Beltrão (1990) sustenta que essas opções não podem ter sempre o benefício econômico em mente; do contrário, o Jornal perderia leitores ao se limitar a defender apenas os direitos de uma elite ligada à empresa. Por isso o escopo do editorial é ampliado, abordando as mais diversas facetas da vida social. Não se pode negar, porém, a dificuldade de conciliar as duas faces da atividade Jornalística dentro da empresa capitalista: a econômica e a função social que lhe cabe. “O Jornal é assim uma empresa econômica privada que tem uma missão pública” (BELTRÃO, 1990); o que resume a complexa tarefa da empresa Jornalística, e, principalmente, do desenvolvimento do editorial.

É errôneo, no entanto, achar que a opinião expressa no editorial é estritamente a da alta direção do Jornal. Como “catalisador de opiniões, agente da consciência pública” (idem, 1990) o editorial condensa o vasto acervo de opiniões a que o Jornal tem acesso, de uma parcela significativa da opinião pública, do grupo que gerencia o Jornal, e dos clientes que anunciam na empresa.

Esse tipo de texto deve sempre afirmar sua opinião de forma clara; deve tomar partido, pois o objetivo principal do editorial é o de conceder um caminho a ser seguido pelo leitor na sua apreensão dos fatos.

De todas as seções do Jornal, a de opinião sofre com pouco interesse se comparada as de política ou economia. Já nos anos 1960, autores apontavam a despopularização do editorial, na mesma época do aumento no número de “colunistas-personalidade”, que recebiam mais atenção do que o texto editorialístico. Essa crise do editorial se relaciona também com a variedade de temas. De problemas no bairro a crises econômicas mundiais, o editorial aborda os mais variados assuntos. Tratando especificamente do que será analisado nesse trabalho, é relevante notar que, em meio a opções sem fim de temas e problemáticas domésticas e internacionais, um dos maiores e mais influentes jornais do País – a Folha de S. Paulo – publicou quase um editorial por mês no ano de 2010 sobre as relações brasileiras com o Irã.

Apesar de análises que proclamavam o fim do editorial há mais de 30 anos, o gênero persiste na contemporaneidade, agora prezando também pela atenção à análise, interpretação e relação entre fatos aparentemente desconexos.

3. BUSCANDO MULTILATERALISMO: BRASIL, IRÃ E A SEGURANÇA INTERNACIONAL

3.1. DIPLOMACIA “ATIVA E ALTIVA” NOS ANOS LULA

Para entender a lógica das relações diplomáticas entre o Brasil e o Irã, é essencial ter em mente o contexto internacional e o projeto de política externa na qual esta ação, dentre muitas outras, está inserida. A intensificação do papel brasileiro na arena internacional não se trata de uma iniciativa isolada das duas administrações do governo Lula. Esta foi iniciada, de forma mais tímida, no governo de Fernando Henrique Cardoso³. Como sucessor, Lula adotou o objetivo de intensificar ações político-diplomáticas e inseriu – ou tentou, como afirmam alguns pesquisadores – o Brasil como partícipe nas discussões de grandes temas internacionais. Para compreender tal processo, nesta seção iremos tratar da inserção internacional brasileira na última década, e a política do governo Lula para tal, necessária para que se entenda a aproximação Brasil-Irã.

A queda do muro de Berlim é um fato constantemente apontado como central para as mudanças ocorridas nos setores econômicos, políticos e sociais internacionais das últimas décadas. Apesar de clichê, é preciso tratar desse evento que transformou um mundo bipolar e com fronteiras econômicas e culturais limitadas, em outro unilateral, com uma única potência, e que expande essas relações econômicas e sociais rapidamente através das tecnologias de informação. A globalização, intensificada após a queda do muro de Berlim, e o crescente aperfeiçoamento do processo democrático interno após a Constituição de 1988 mudaram estruturalmente o Brasil. Isso fez com que uma nova diplomacia fosse pensada para a nova imagem do País no mundo (AMORIM, 2010).

A consolidação do Brasil como ator emergente no campo internacional vem de uma tradição pacífica de resolução de problemas internacionais. Há uma relação direta entre as mudanças estruturais do País e a identidade internacional. Aí, nasce uma política externa “audaciosa e às vezes irreverente” (AMORIM, 2010), que irá contribuir para o que especialistas

³ 34º Presidente da República do Brasil governou entre 1995 e 2003 por dois mandatos.

chamam de salto na política externa. Celso Amorim ressalta que era a vontade do ex-presidente Lula agir no cenário internacional de maneira independente, mas responsável.

A diplomacia brasileira tentou diminuir o peso da pretensa hegemonia norte-americana, feita pelo uso da força e de dispositivos econômicos, tentando redefinir o eixo de influência e decisão das políticas externas que perpassam as organizações internacionais, sendo a mais importante delas a ONU. Para isso, se buscou a ênfase e apoio a um projeto de relações internacionais que prima pelo multilateralismo. Ao escrever artigo sobre a visão geral da diplomacia brasileira nos oito anos do governo Lula, o ex-chanceler Celso Amorim (2010) frisa a identidade internacional do Brasil: um país pacífico, onde o último conflito internacional ocorreu há mais de cem anos com a guerra do Paraguai, que não tem aspirações militares para controlar a região na qual é a maior potência, que não possui armas nucleares e respeita as leis internacionais. Tudo isso daria ao Brasil autoridade para participar de discussões importantes para o mundo.

Consciente da posição brasileira nas relações internacionais, como também da desigualdade muitas vezes exacerbada pela globalização nesse campo, a diplomacia brasileira incluiu como um dos objetivos centrais o de “democratizar a globalização” (CERVO, 2010). Na visão de Amorim, enquanto a globalização aumentou desigualdades entre os estados e dentro dos estados, ela produziu também um maior nível de interdependência política entre as nações. O poder, então, estaria sendo “diluído”, o que torna a estabilidade global dependente de um número maior de países, se comparado a décadas anteriores. O poder a que se refere o chanceler é o chamado *soft power* (NYE, 2002): a habilidade de influenciar atores internacionais e, como consequência, influenciar acontecimentos internacionais. Seria ingênuo não notar, porém, que a outra forma de poder – a militar – em números absolutos ainda é extremamente concentrada nas grandes potências.

Se a maioria dos estados nacionais marcha para apoiar uma *multipolaridade*, tradicionais instituições internacionais ainda preservam uma disposição que concentra muitas decisões nas grandes potências, como é o caso da Organização das Nações Unidas e, especificamente, do Conselho de Segurança (CS). Os países emergentes continuam “sub-representados” nessa esfera, diz Amorim. Para garantir a estabilidade global e um sistema internacional justo, reformas são necessárias nesses órgãos. Essa percepção nos leva a um dos objetivos mais notórios da diplomacia Lula: a busca brasileira por um assento no CS. Muitos veículos midiáticos e

pesquisadores de RI apontaram que várias ações diplomáticas do governo Lula tinham esse objetivo; expor o Brasil como ator influente na arena internacional que tinha capacidade de participar como membro permanente do CS. Ao lado do Japão, o Brasil é, na história do conselho, o país que mais participou como membro eleito não-permanente, em um total de 10 vezes, sendo a mais recente no biênio 2010-2011. Um dos maiores receios do Itamaraty é o de ataques unilaterais e preventivos a outros países (o que, a longo prazo, pode representar uma ameaça direta ao Brasil). Essa preocupação foi alimentada, ou talvez exacerbada, pela invasão norte-americana do Iraque em 2003, ação que não teve o aval da ONU e da maioria da comunidade internacional, incluindo do Brasil.

O ex-chanceler refuta, porém, as alegações de que as ações diplomáticas brasileiras foram condicionadas com o propósito de obter um assento no CS. A tomadas de posição aparentemente em desacordo com grandes potências como os Estados Unidos (a Declaração de Teerã, envolvendo o Irã, e em outras ações como com a Venezuela e Cuba) mostram, na percepção de Amorim, que o governo brasileiro não estava disposto a agradar os membros permanentes do conselho para garantir o assento, apoiando-os em temas em que, fundamentalmente, o governo era contrário.

Rezende (2011) traz outra possibilidade para o posicionamento “contrário” do Brasil no governo Lula, que seria o de fazer contraponto aos Estados Unidos na América Latina. Para ele, as relações entre o Brasil e a Venezuela, Cuba, Bolívia, Honduras e o Irã, que em momentos geraram controvérsias, devem ser analisadas em conjunto, e estão ligadas ao fato da influência norte-americana, através de tratados bilaterais com países como a Colômbia e o Paraguai, ter aumentado nos últimos anos no continente.

O Brasil tenta reagir, demonstrando que há contraponto geopolítico na região, decidindo colocar limites às interferências norte-americanas em sua região, principalmente em momento em que o sul do continente se expressa com renovado vigor e quase unanimidade a favor de iniciativas de integração econômica de seus países condenando a velha política de agressão contra as nações (REZENDE, 2011, p. 339).

Existem alguns fatores que contribuem para as críticas ao projeto brasileiro, tanto interna quanto externamente: o fato de a sociedade brasileira não “compreender” esse propósito claramente, em parte, pois o novo projeto nunca foi discutido abertamente ou esclarecido; e o envolvimento do país com nações “reconhecidamente desestabilizadoras da segurança” em suas

regiões (REZENDE, 2011). O autor argumenta que, analisadas individualmente, essas políticas com tais países parecem aleatórias e sem motivo aparente, mas em conjunto podem estar “mandando uma mensagem” ao governo norte-americano na região, fazendo com que o Brasil mostre a capacidade de articular diversos atores e influenciar acontecimentos no nível mundial, como apontou Amorim (2010).

Os opositores à política externa dos anos Lula, porém, falam de uma política “sem rumo” e com crise de identidade, apontando, também, para a influência do Partido dos Trabalhadores na raiz do projeto internacional brasileiro (ALMEIDA, 2005). O autor comenta a notoriedade que a política externa ganhou no cenário político e nos meios de Comunicação durante o governo Lula. Esses críticos, diz ele, julgam que tal estratégia prejudicava interesses concretos do Brasil no âmbito econômico. Segundo Almeida, foi na política externa, mais do que em qualquer outro campo do governo, que o PT teve a mais forte influência ideológica. Com isso, a diplomacia brasileira moveu-se para além das fronteiras governamentais, dialogando com a sociedade civil, algo que na tradição nacional era inédito.

Tais características (...) podem ser explicadas em vista das inúmeras conexões do partido atualmente no poder com partidos e grupos politicamente afins, quais sejam, os da esquerda latino-americana e os movimentos ditos progressistas do exterior. No mais, o PT sempre teve uma “política internacional” (e regional), com uma ativa secretaria de relações internacionais para auxiliar nos contatos externos e na chamada solidariedade com movimentos voltados para as mesmas causas (ALMEIDA, 2005, p. 98).

Dentro do governo, a política externa teria um papel de “instrumento de apoio ao projeto de desenvolvimento social e econômico do País” (ALMEIDA, 2005). O que significa que, ao passo que tal política colocava em foco a “estabilidade” brasileira no foro internacional, primava também por uma atuação diferenciada e inovadora que seguia as linhas gerais do governo Lula. Tradicionalmente, a diplomacia brasileira era uma esfera na qual existia um consenso relativo entre as várias alas político-ideológicas da sociedade (ALMEIDA, 2005). O autor, porém, demonstra como certas políticas já estavam em ordem há pelo menos dez anos, nos anos FHC, como mencionamos. Políticas como a aproximação Sul-Sul, dando ênfase nas relações com a América Latina, ou o multilateralismo econômico internacional, não foram invenções da administração Lula. Essa predileção por intensificar relações com países do hemisfério sul, ou

países menos desenvolvidos, como no continente africano, asiático e árabe, foi criticada como “a volta a um passado 'terceiro-mundista’”, inspirado em movimentos dos anos 1960 até 1980.

O tom das críticas é acerbo, quando não virulento e os exemplos mais representativos dos ataques de representantes desse grupo são obviamente encontrados na imprensa de opinião e nos editoriais de alguns grandes jornais. A maior parte dos opositores é formada por jornalistas profissionais (...) mas um ou outro acadêmico pode também praticar esse tipo de exercício crítico em relação à política externa governamental (...) (ALMEIDA, 2005, p. 106).

É necessário analisar que, apesar de uma aparente vocação para contribuir para uma mudança no ordenamento mundial, que se pretende multipolar, o País dispõe de meios e recursos limitados para influenciar decisivamente uma mudança na agenda diplomática mundial ou mesmo regional, em certos pontos. Almeida (2005) conclui que, ao invés de uma mudança estrutural na diplomacia brasileira, o que ocorreu durante o dois governos Lula pode ser denominado como uma mudança de discurso externo.

Na verdade, os elementos verdadeiramente inovadores da política externa do governo Lula não deveriam, talvez, ser buscados no discurso e na atuação diplomática do governo, mas sim no próprio fato de que, pela primeira vez na história da diplomacia brasileira, a palavra e a ação governamental nesse campo já não recolhem o consenso da sociedade e da própria diplomacia profissional, tal como representada, pelo menos, por vezes já não mais ativas na sua implementação prática (ALMEIDA, 2005, p. 108-109).

Nesse momento fértil para a atuação internacional do Brasil, a sociedade brasileira depara-se com algo inédito: apesar de seu tamanho e expressão na América Latina, a discussão política nacional, na maioria dos setores, sempre esteve voltada para dentro, para problemas estruturais da nação, e não para a atuação internacional. Se nos Estados Unidos a política externa é um dos principais temas em eleições presidenciais, no Brasil, isso é pouco debatido. Sente-se a influência externa, tanto cultural como política e econômica, mas não há preocupação efetiva em debater o lugar do Brasil no mundo das organizações internacionais e dos blocos de política externa, como se esse fosse um jogo só para “grandes”.

Esses “grandes” sofrem profundas transformações na redefinição de seus papéis hegemônicos nas regiões em que atuam. Seja por crises internas de ordem política ou econômica, seja pelos próprios efeitos da globalização, o contexto atual permite que países como o Brasil se envolvam mais em questões vitais para a segurança global. A mídia brasileira entra nesse

momento como difusora de ideias e alimentadora de discussões antes episódicas na rotina nacional.

Assim, a mídia torna-se fundamental para que a sociedade brasileira compreenda as transformações por que passa o Brasil e as consequências de médio e longo prazo dessa inserção mundial (FRIZZARINI, 2007).

Isso não quer dizer, no entanto, que estejamos diante de uma cobertura da mídia sobre política internacional destituída de elementos manipuladores e deformadores (...) a imprensa nacional, que vem manifestando claras oposições ao atual governo, simplesmente ignora fatos importantes da política externa brasileira, ou simplesmente desqualifica-os (FRIZZARINI, 2007, p. 19).

A questão é tão recente para a sociedade brasileira que, na mídia e na sociedade civil, é possível identificar atores que, como o fazem as grandes potências no sistema internacional, questionam a legitimidade e capacidade do Brasil para a missão a que ele se dispôs. Exemplos disso podem ser encontrados em muitas das críticas feitas à própria relação com a República Islâmica do Irã e à tentativa informal lançada pelo governo Lula de mediar o diálogo Israel-Palestina. É claro que tais investidas incorrem em limites, tanto pelos poucos recursos militares que possui o Brasil (o que, infelizmente, ainda continua a ser carta indispensável na manga de qualquer país que aspire ao nível de grande potência), como pelas reais “margens de manobra” que possui o País em certos temas mundiais.

3.2. O BRASIL E O REGIME DE NÃO-PROLIFERAÇÃO NUCLEAR

Como explicitamos na seção anterior, o projeto de política externa do governo Lula primou por ressaltar um debate sobre a hegemonia no sistema internacional, “democratizando a globalização” e os organismos internacionais. Essa vertente, no que concerne a proliferação de armas nucleares e o estudo da energia nuclear, vem sendo defendida pelo Brasil na arena mundial há décadas.

O investimento brasileiro em energia nuclear começou como reflexo das ambições norte-americanas. Nos anos 1940, os EUA, ao instituírem o Plano Baruch, que lhes garantia o monopólio de matéria-prima e tecnologia nuclear no mundo Ocidental (JESUS, 2012), impulsionou o Brasil a iniciar um movimento para “controlar as exportações de minérios nucleares, definir reservas e estoques estratégicos e estimular ainda mais a tecnologia nacional no setor. Dentre as principais iniciativas tomadas naquele momento, cabe destacar a criação do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) em 1951” (JESUS, 2012, p. 28).

O programa Átomos para a Paz, da ONU, ajudou o país a conseguir reatores de pesquisa – coincidentemente, foi pelo mesmo programa que o Irã adquiriu os primeiros reatores, com a ajuda dos EUA. Em 1968, foi criado o Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), que entrou em vigor em 1970 e tem vigência estendida indefinidamente. O tratado se sustenta em três pilares: de não-proliferação, uso pacífico da energia nuclear e desarmamento. A composição do Tratado de Não-Proliferação de Armas (TNP) tem sido contestada por alguns de seus signatários, inclusive o Brasil, que apenas o assinou em 1998, no governo de Fernando Henrique Cardoso⁴. O tópico de desarmamento recebe atenção especial da diplomacia brasileira, que vem defendendo uma atuação mais pró-ativa dos signatários para um mundo livre de armas nucleares.

Ao longo da história do TNP, litígios com outros países além do Irã foram travados, também questionando a desigualdade entre os membros do tratado, já que as cinco potências que compõem o Conselho de Segurança da ONU (CS), EUA, França, Inglaterra, Rússia e China, têm direito de manter seus arsenais nucleares, em contraste com o resto das nações signatárias.

Quando da criação do TNP, o regime militar brasileiro recusou-se a assiná-lo. Tanto os militares como membros do Itamaraty consideraram o tratado “discriminatório”, limitando o

⁴ Existem atualmente quatro países não-signatários do TNP: Israel e Índia, que possuem a bomba atômica, o Paquistão, que sofreu sanções devido a seu programa nuclear e o desenvolvimento da bomba, e a Coreia do Norte, que se retirou do tratado em 2003 e, desde então, é pressionada pela comunidade internacional.

desenvolvimento tecnológico dos países sem arsenal nuclear (JESUS, 2012). Os governos democráticos pós-Ditadura e o regime militar têm em comum a defesa do uso da tecnologia nuclear para fins pacíficos, entendendo as possibilidades econômicas que o recurso poderia criar. Com isso o Brasil sempre pregou o acesso a essa tecnologia por todos os países com esses fins.

Ciente do poder da energia nuclear, a comunidade internacional criou o chamado regime internacional de não-proliferação nuclear, que consiste em “um conjunto de normas, tratados, arranjos e instituições multilaterais ou unilaterais, interconectados ou inter-relacionados, voltados para conter a disseminação dos conhecimentos e das técnicas necessários ao desenvolvimento de armas atômicas” (MOREIRA, 2010, p. 3).

A “espinha dorsal” desse dispositivo é o TNP. No tratado, foram estabelecidos cinco estados nucleares⁵, que são proibidos de transferir armas atômicas ou assistirem outros países na obtenção delas. Ao mesmo tempo, os países não-nucleares são proibidos de receber, desenvolver, produzir ou adquirir armas nucleares. Para garantir o cumprimento do tratado e inspecionar instalações relacionadas à energia nuclear dos países signatários, foi criada a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), que faz parte do Sistema das Nações Unidas e se reporta ao Conselho de Segurança.

Apesar das pressões norte-americanas, o Brasil apenas assinou o tratado em 1998, com a condição que seria dada maior ênfase ao desarmamento dos países nucleares. Outras medidas propostas também geram oposição de vários países, como descreve Moreira (2010):

Nos anos 90, a AIEA apontou a necessidade de ampliar os instrumentos de salvaguarda, por meio da aceitação pelos estados-parte (não nucleares) de um protocolo adicional (PA), aprovado em 1997, aumentando os poderes de verificação inclusive em instalações não declaradas. Apesar de a adesão ser voluntária, as potências nucleares pressionam os demais estados para que ratifiquem o PA. Entretanto, alguns países em desenvolvimento consideram esse aditivo polêmico, desnecessário e demasiadamente intrusivo, e alegam que as potências nucleares negligenciam a parte que lhes cabe no desarmamento, preconizado pelo Artigo VI do tratado, e na transferência de tecnologia para fins pacíficos. Esse embate gera tensões e resistências no regime (MOREIRA, 2010, p. 4).

A oposição brasileira à disposição assimétrica do TNP não tem relações com uma possível pretensão de produção de armas nucleares; ao contrário, trata-se de uma busca por igualdade no sistema internacional. Isso pode ser verificado pela ratificação do Acordo de Tlatelolco desde

⁵ Estados nucleares são aqueles que explodiram um artefato nuclear até o dia 1 de janeiro de 1967 (EUA, Rússia, Reino Unido, França e China).

1969 pelo Brasil, que transformou a América Latina e o Caribe em zona livre de armas nucleares (os cinco países nucleares do TNP também aderiram ao acordo no âmbito da América Latina e Caribe). É ao desequilíbrio que se opõe o Brasil, e muitos outros países, signatários ou não do TNP. Como comenta Moreira (2010): “Os Estados não nucleares, particularmente os países em desenvolvimento, tendem a ver o TNP como um tratado (...) que preserve uma supremacia tecnológica e um modelo de governança mundial a eles desfavorável.”

Com isso, foram criados grupos que tentam defender os interesses dos países não-nucleares, como o dos Não Alinhados e a Coalizão Nova Agenda, que foi fundada pelo Brasil e mais seis países. Poucos avanços foram feitos na área do desarmamento. No âmbito da energia nuclear, ocorre o chamado efeito dominó: por cinco grandes países possuírem armas nucleares, outros querem ter o mesmo direito por se sentirem vulneráveis a possíveis ataques. De um lado, ficam os países detentores do direito de possuir essas armas (e que, não por coincidência, têm assento permanente no Conselho de Segurança), e do outro, os países impedidos de fazê-lo.

Além do fato de que “restrições às transferências de tecnologia nuclear instrumentam práticas de cerceamento seletivo por parte dos países desenvolvidos e, em última análise, afeta a capacidade dos países em desenvolvimento utilizarem a energia do átomo para fins pacíficos” (MOREIRA, 2010, p.7), o Brasil se opõe ao contexto desequilibrado, o que explica também sua defesa das pretensões oficialmente pacíficas do Irã de obter mais acesso a essa tecnologia, e que levou à Declaração de Teerã.

Ao longo dos anos, o Tratado de Não-Proliferação entrou em contradição: se em 1979, no regime do Xá, o Irã recebeu apoio na sua empreitada para desenvolver armas nucleares (o que na época não se concretizou), hoje o país sofre sanções econômicas devido a suspeitas da natureza da produção nuclear. Além disso, para alguns países as mesmas regras não se aplicam: Israel, aliado dos EUA, é um dos não-signatários do TNP e reconhecidamente possui armas nucleares. Mesmo assim, nunca nenhuma sanção foi aplicada ao país. O mesmo pode ser dito da Índia. Para o mundo Ocidental, o fato de Israel não ter assinado um tratado que logra salvaguardar a estabilidade internacional e, mais ainda, ter desenvolvido armas de destruição em massa, não parece tão preocupante como o fato do Irã ter potencialmente a capacidade para construir as mesmas, com a diferença de que esse último recebe periodicamente inspeções da AIEA.

Mesmo com a assinatura do TNP, a proliferação das armas nucleares não diminuiu, pelo contrário, aumentou. Em 1945, apenas um país tinha tal capacidade, em 2010, nove nações⁶ possuíam armas nucleares. Para “acalmar” as desconfianças entre países nucleares e não-nucleares, outros instrumentos foram criados para mostrar a estes países que a tecnologia nuclear com fins militares não é necessária para defesa. Mesmo assim, o regime de não-proliferação continua fragilizado.

Como outros países, o Brasil tem interesse em uma maior abertura para a exploração da tecnologia nuclear para fins pacíficos. A Estratégia Nacional de Defesa, documento produzido em 2008 por um grupo no Ministério da Defesa designado pelo presidente Lula, e que mapeou os principais projetos que devem ser perseguidos nessa área. Nele, estão três setores decisivos para a defesa nacional: o cibernético, espacial e o nuclear. Um dos objetivos descritos no plano de defesa trata especificamente do aumento da capacidade brasileira de expandir o uso de energia nuclear para várias atividades. Mais além, o documento afirma que o País não deverá aderir a nenhuma nova emenda ao TNP, o que de fato ocorreu com o novo protocolo de 2008 que previa inspeções mais invasivas nas instalações, o qual o Brasil não assinou, apesar de pressões norte-americanas.

O Brasil zelará por manter abertas as vias de acesso ao desenvolvimento de suas tecnologias de energia nuclear. Não aderirá a acréscimos ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares destinados a ampliar as restrições do Tratado sem que as potências nucleares tenham avançado na premissa central do Tratado: seu próprio desarmamento nuclear (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2008, p. 34).

Um dos principais projetos militares com tecnologia nuclear inclui a fabricação de um submarino de propulsão nuclear para defesa da costa brasileira. Com a descoberta do petróleo na camada de pré-sal, o objetivo foi intensificado. O uso da matriz energética a partir da energia nuclear também é um foco do projeto brasileiro, e atualmente o uso principal da tecnologia no Brasil. Assim, fica claro que o País acha legítimo que outros países busquem os mesmos objetivos e não sejam impedidos ou cerceados tecnologicamente pelas potências detentoras da mais alta tecnologia nuclear, o que explica muito da atuação do Brasil junto ao Irã.

⁶ EUA, França, Rússia, Reino Unido, China, Índia, Israel, Paquistão e a Coreia do Norte.

3.3. IRÃ, DE EXEMPLO A INIMIGO DO OCIDENTE

Há pouco mais de 30 anos, o Irã era a porta de entrada para os interesses norte-americanos no Oriente Médio. Sob o comando do Xá Mohammad Reza Pahlavi, que substituiu o pai, Reza Pahlavi, depois da Segunda Guerra Mundial, o país passava por um processo de “ocidentalização” que não estava livre da corrupção governamental e de desigualdades sociais. A “Revolução Branca”, ou “Revolução Xá-Povo” deveria tornar o Irã uma grande nação com preceitos liberais, mas fundamentada nos valores islâmicos.

Com empréstimos norte-americanos significativos para financiar uma indústria nascente – que contava com empresas norte-americanas controlando a extração do petróleo em uma das fontes mais férteis do mundo – o Irã tinha como principal parceiro e exemplo a serem seguidos os EUA. O governo do Xá estava repleto de assessores estrangeiros nas áreas econômica e militar para guiá-lo ao progresso, e o país era tido como um dos mais estáveis da região.

Na trajetória iraniana, outras potências ocidentais já se apropriaram dos recursos petrolíferos e tentaram controlar seus interesses na região, como a Inglaterra e a Rússia⁷. As concessões feitas aos EUA pelo governo eram vistas, internamente, com desconfiança. Pahlavi era tido como uma marionete norte-americana. As políticas da Revolução apenas aumentaram as diferenças entre ricos e pobres. Além de uma população pobre em crescimento, a situação do governo foi agravada pela perseguição da polícia secreta a milhares de iranianos que foram presos ou executados por discordarem do regime. Enquanto isso, a família real gozava de um estilo de vida luxuoso, que ofendia os islâmicos mais radicais devido à situação da maioria da população. Para eles, o Xá afastava cada vez mais a nação dos valores tradicionais do Alcorão.

Durante a história da civilização persa, a comunidade dos ulemás – jurisperitos religiosos –, que se constituiu como uma elite rica e politicamente independente, sempre exerceu grande influência na população como um todo. Foi essa comunidade que, a partir dos anos 1960,

⁷ Apesar de ter conseguido manter a soberania e nunca ter sido colonizado, diferente de outros países vizinhos; a partir do século XIX, a Rússia imperial iniciou uma ofensiva ameaçando fronteiras territoriais persa, diminuindo seu território, e aumentando a influência russa na região. O governo central iraniano era escolhido em parte pelo império russo. No começo do século XX, a Inglaterra controlava, através da *Anglo-Persian Oil Company* (APOC), todos os recursos petrolíferos do Irã. Por isso, todo tipo de ação imperialista contra o país traz à tona lembranças do passado onde o Irã esteve à mercê das grandes potências, o que é usado como argumento pelo atual regime iraniano, visto seu apelo entre a população.

começou a se opor publicamente às políticas laicizantes do Xá. Como comenta Meihy (apud Cockcroft, 2007):

Ironicamente, a própria Revolução Branca continha em si as sementes (...) em que os iranianos se insurgiriam, sob a liderança dos religiosos (...). As reformas transformaram decisivamente a sociedade iraniana, provocando o surgimento de vários grupos novos e fortalecendo alguns antigos (MEIHY, 2007, p. 48).

A raiz para a contestação das políticas de Pahlavi está fincada na história milenar do Islã e da tradição da nação iraniana, antigamente chamada de Pérsia⁸. Nela, o povo persa havia sofrido com a corrupção e violência de seus líderes. Os opositores do Xá, em particular um grupo de clérigos xiitas⁹, fizeram uso desse histórico para legitimar as críticas contra o líder e conseguir apoio popular. Progressivamente, durante quinze anos, a insatisfação com as ações do governo atingiu parte significativa da sociedade, traduzida na figura do aiatolá¹⁰ Ruhollah Khomeini, essencial para a revolução. Meihy (2007) comenta o alcance da mensagem de Khomeini, e a estrutura simbólica que ela resgatava:

A capacidade universalista do discurso religioso islâmico, ao somar diversas outras categorias populacionais (familiar, territorial, classista) no interior de sua comunidade de fiéis garante a criação de uma rede de afetividade bastante pertinente ao discurso nacional (MEIHY, 2007, p. 26).

Nesse período, ele se tornou cada vez mais crítico das políticas do Xá, tendo sido exilado pelo regime. Khomeini pregava a instituição de um modelo de governo guiado pelos preceitos islâmicos, não somente fundamentado por eles. Mais do que uma contestação, a Revolução que se seguiu foi um conflito entre dois modelos políticos opostos, um com pretensões laicas, e outro que apelava para a tradição religiosa e cultural da maioria dos iranianos.

Quando foi finalmente desencadeada, a Revolução Iraniana, conduzida através de uma aliança entre clérigos, comunistas e liberais, levou poucos meses para derrubar a dinastia Pahlavi. Essa aliança, a princípio inusitada, era prova da insatisfação generalizada com o governo repressor do Xá, subordinado à maior potência ocidental. Em 1979, foi criada a República

⁸ O pai de Pahlavi, Reza Pahlavi, mudou o nome do país em 1935 quando instaurou a dinastia Pahlavi através de um golpe de estado.

⁹ Na religião islâmica, existem dois grupos distintos que divergem a respeito do sucessor de Maomé após sua morte, divididos entre *xiita* e *sunita*, e, por isso, historicamente rivais. A população xiita era minoria no Irã até o século XVII, sendo hoje maioria.

¹⁰ Título dado a um clérigo ao atingir um nível de conhecimento elevado em religião e nas leis islâmicas.

Islâmica do Irã. De uma monarquia autocrática simpática ao Ocidente, o Irã passou a ser um regime islâmico comandado pelo aiatolá Khomeini – o guia supremo –, com primeiro-ministro e parlamento eleitos, tendo como principal inimigo o modo de vida secular e ocidental. Apesar de se opor às práticas corruptas e violentas do Xá, grande parte dos iranianos não apoiava a perspectiva islâmica radical que se seguiu com a ascensão de Khomeini.

Mesmo com dispositivos democráticos como o parlamento, a liderança do governo era concentrada extraoficialmente no chamado grupo revolucionário, composto de clérigos radicais ligados a Khomeini. Ele reprimiu violentamente grupos que tinham ajudado na revolução e almejavam por um sistema de governo moderado, como os comunistas e liberais. Tribunais revolucionários foram instalados nas principais cidades para executar partidários do Xá, até que o clero tivesse total controle sobre o país, em um processo chamado de islamização iraniana. Ao mesmo tempo, o sistema bancário ficou sob controle do estado, além de inúmeras empresas privadas, como a petroleira. Na nova constituição, o papel do *faqih* – especialista na Lei Islâmica que iria comandar o Irã – recebeu poderes para nomear oficiais do Conselho de Guardiões, que funciona como a suprema corte, além de todo o alto comando das forças armadas. Dentro do regime, os que se opuseram a essa forma de governo argumentavam que os ulemás se tornariam a classe dominante do Irã com os novos poderes concedidos ao líder, o que, de fato, ocorreu (POLK, 2009). Esse fato era mais preocupante por infringir as leis xiitas, que afirmam que, ao se envolverem com atribuições governamentais, os religiosos serão corrompidos pela política. Para Khomeini, porém, o Islã é a própria Política (POLK, 2009). É importante ressaltar a relevância do papel do aiatolá na república islâmica, principalmente porque a mídia, em suas publicações, geralmente concentra-se na figura do presidente Mahmoud Ahmadinejad¹¹, dando a entender que esse é o principal cargo no governo. Na verdade, a maior parte do poder se concentra no aiatolá, que, na cobertura midiática atual, é preterido por Ahmadinejad, como analisaremos mais tarde através dos editoriais.

A Revolução Islâmica tomou um viés mais preocupante para potências ocidentais quando o aiatolá decidiu exportá-la para países vizinhos como Bahrein, Qatar, Líbano e Iraque. Logo após sua instituição, muitos no Ocidente e no mundo Árabe apostavam na efemeridade do governo de Khomeini. Mesmo com a instabilidade interna, com a deposição de alguns primeiros-

¹¹6º Presidente da República Islâmica do Irã assumiu o posto no primeiro mandato de 2005. Obteve a reeleição em 2009, tornando-se alvo de críticas por indícios de fraude eleitoral.

ministros, a luta para reprimir grupos mais moderados, e a guerra Irã-Iraque, que ocorreu menos de um ano após a Revolução e matou cerca de 250,000 soldados iranianos, o governo do aiatolá resistiu. Meihy (2007) conclui que a única análise possível para o fenômeno é que “ao longo de todo o século XX, a coesão política dessa nação dependeu da força social dos religiosos do xiismo duodécimo.”

Khomeini morreu dez anos após a revolução, em 1989. Seu sucessor e atual líder, Aiatolá Seyed Ali Hosseini Khamenei, começou seu governo infringindo as leis islâmicas. Khamenei, ex-secretário geral do Partido Islâmico Republicano e ex-presidente em 1981, não possuía o grau de aiatolá, o que o tornava inelegível para o posto supremo no governo. Violando a tradição xiita, que afirma que a instituição governamental não pode designar comendações religiosas, o governo “promoveu” Khamenei ao *status* de aiatolá, junto com seu assessor e futuro presidente, Akbar Hashemi Rafsanjani.

O governo de Rafsanjani abriu o caminho para reformas que ajudam a entender o controle social a que são submetidos os cidadãos no Irã de hoje. Polk (2009) descreve a situação econômica pré-revolução: em 1978, quase metade da população (47%) estava abaixo da linha da pobreza. Em 2003, menos de um em cinco iranianos (19%) se encontravam em tal situação. Esse governo em certo grau “liberal” idealizou programas assistencialistas que melhoraram a vida das classes mais pobres do país, mas em um nível insatisfatório se comparado com as fortunas que a classe *ulemá* construiu no mesmo período através da corrupção.

É no Irã que se encontram a terceira maior reserva de petróleo (aproximadamente 10%) e a segunda maior reserva de gás natural do mundo (aproximadamente 15%), o que indica a capacidade do país de desenvolver uma economia bem-sucedida com tais recursos. No entanto, 30 a 40% do PIB provém dos *bonyads*: instituições de caridade livres de impostos que recebem subsídios do governo para ajudar aos mais necessitados com pensões e empregos. Os centenas de *bonyads* existentes, juntos, são os maiores empregadores do Irã. Polk (2009) considera os *bonyads* “cruciais para a adesão ao regime das classes mais pobres, em uma estratégia populista”¹² que visa manter o apoio ao governo (os *bonyads* existem desde o governo do Xá, e naquela época, serviam o mesmo propósito a que servem hoje ao regime opositor). Em geral, tais instituições são vistas como ineficientes, mas milhões de iranianos dependem da ajuda. O atual

¹² Tradução livre em POLK, William. **Understanding Iran: everything you need to know, from Persia to the Islamic Republic, from Cyrus to Ahmadinejad**. Palgrave Macmillan, 2009.

presidente, Mahmoud Ahmadinejad, ampliou investimentos aos *bonyads* para solidificar sua rede de apoio.

Em 2003, com o aprofundamento da crise econômica por que passava o país, e a percepção de que os *ulemás* e o próprio aiatolá eram corruptos, estudantes foram às ruas em protesto, clamando por empregos e um governo honesto, como haviam feito em 1979. Nas eleições seguintes, em 2005, o então prefeito de Teerã, Mahmoud Ahmadinejad, foi favorecido pela população pela história pessoal de pobreza e luta, que contrastava com a fortuna dos clérigos.

Esse sistema híbrido de governo – ao mesmo tempo que se considera um Estado-Nação moderno, o governo do Irã não abre mão da tradição religiosa – é o que torna o regime iraniano tão peculiar e complexo, e, não seria errado dizer, de difícil compreensão para as sociedades ocidentais. Mesmo que a instituição das práticas islâmicas radicais do aiatolá não tenha sido apoiada pela sociedade iraniana em geral, as reformas laicizantes do Xá foram igualmente rejeitadas pela sociedade, que procurava um meio-termo político. É necessário salientar, também, que isso não significa um repúdio à modernidade. Podemos atestar isso a partir dos avanços tecnológicos da indústria bélica iraniana e do programa nuclear – foco deste trabalho –, que parece estar tão avançado a ponto de causar receios de proporções mundiais.

Se só no início do século XX ele se tornou geopoliticamente relevante para as potências ocidentais, o Irã sempre exerceu um bom grau de influência em nações vizinhas. O novo projeto de nação da República Islâmica visava à liderança regional, que, até certo ponto, foi bem-sucedida, visto as alianças com países como a Síria e o apoio dado pelo governo a milícias islâmicas revolucionárias como o Hezbollah, com sede no Líbano. É essa influência ameaçadora, oposta aos valores ocidentais, que preocupa em especial os Estados Unidos e a União Europeia atualmente.

3.4 RELAÇÕES BILATERAIS ENTRE BRASIL E A REPÚBLICA ISLÂMICA DO IRÃ

A maior concentração de árabes fora do mundo árabe reside no Brasil. São cerca de 9 milhões de habitantes, de descendência principalmente libanesa e síria. Mesmo assim, as relações entre o Brasil e os Países Árabes, quando mais intensa, foram sempre calcadas por objetivos econômicos. Sem herança árabe¹³, mas pertencendo à região do Oriente Médio, as relações do Irã com o Brasil tiveram início em 1903. Desde então, a aproximação diplomática foi estabelecida oficialmente através de um acordo cultural em 1957 que elevou a delegação brasileira ao status de embaixada em 1961. Em 1965, o Xá visitou o Brasil. Nos anos 1960, o governo brasileiro esforçou-se para criar um intercâmbio cultural maior com o país e outras nações do Oriente Médio, percebendo sua “entrada tardia” nas relações com a região (PREISS, 2011). Em 1975, uma comissão de cooperação econômica e técnica foi criada.

Após a Revolução Islâmica, porém, na guerra Irã-Iraque, o Brasil apoiou o segundo, por razões estritamente comerciais: o Iraque era o principal comprador de exportações da indústria bélica brasileira na época. Alguns anos depois, porém, o Brasil passou a exportar armas também para o Irã durante a guerra. Após o conflito, uma comissão mista de nível ministerial foi criada em 1988, pelo presidente Sarney, para retomar as relações oficiais entre os dois países. Nota-se que, durante o século XX, as relações Brasil-Irã sempre tiveram conotação pacífica e foram mais ou menos constantes.

Com a elevação das tensões com a comunidade internacional, principalmente os EUA, o Irã investe numa aproximação com a América Latina para evitar um isolamento total na arena mundial. Aliada a essa estratégia iraniana coincidiu a estratégia brasileira de alinhamento Sul-Sul já discutida em seção anterior. Preiss (2011) ressalta os pontos que permitem ao Brasil gozar de boas relações com o Oriente Médio, apesar da volatilidade da região, como o caráter não-intervencionista em assuntos internos de outros países e a falta de conflitos internacionais. Não apenas o Irã, mas o Oriente Médio como um todo se aproximam da América Latina por perceberem aspectos similares das duas regiões na arena internacional e a necessidade de promover um não-isolamento da região:

¹³ A nação iraniana tem herança persa, e não faz parte do mundo árabe, que geralmente inclui apenas os países-membros da Liga Árabe.

Tradicionalmente, nas dinâmicas sociais locais, nacionais, internacionais e transnacionais, aqueles que detêm capacidade para emergentes, tendem a controlar não somente os suprimentos dos sistemas e os aparatos coercitivos, mas também a manipulação dos símbolos e idéias. Assim, *hegemons* de plantão tendem a projetar sua particularidade como universal. Assim, aos árabes se apresenta o desafio de tentar influenciar/subverter o uso dos simbolismos e, junto com outros, fertilizando-se mutuamente, tornar disponíveis visões de ser a partir da "periferia" (JOHANN, 2005).

Em 2003, o presidente Lula foi o primeiro governante brasileiro a visitar a região desde D. Pedro II e iniciou a organização de uma cúpula Países Árabes-América Latina, incluindo o Irã, que era visto como de importância estratégica na região. Assim o Oriente Médio ganhou prioridade na agenda externa do governo, passando também por acordos com o Mercosul, que goza de livre comércio com o Conselho de Cooperação do Golfo (que inclui seis países da região). O Irã possui o maior mercado consumidor da região, e apesar do número de exportações ter crescido no governo Lula, esse mercado ainda não foi explorado totalmente pelo Brasil. A nação iraniana tem interesse nessa troca mais intensa, já que devido às sanções da ONU e da União Europeia o comércio entre países se torna cada vez mais difícil para eles. Na região, o Irã é o segundo maior importador de produtos brasileiros como medicamentos, alimentos, e automóveis. Mais importante, Brasília e Teerã, desde 2000 (portanto antes da eleição de Ahmadinejad para a presidência) organizam consultas bilaterais para tratar das várias áreas de cooperação entre os dois países. Em 2003, a Petrobrás recebeu permissão para explorar petróleo iraniano.

No tocante ao programa nuclear do Irã, a intensificação de relações comerciais com o Brasil tem o efeito de impedir um isolamento já previamente assinalado. Aliar-se de certa forma a um País de tradição pacífica, significaria que as intenções bélicas do Irã não poderiam ser tão escusas, e, mais ainda, daria ao país um aliado na comunidade internacional de relevância. Se o Brasil e o Irã têm pontos em comum, como o de serem países de importância geopolítica nas respectivas regiões e de buscarem posições independentes no cenário internacional, as semelhanças no âmbito da energia nuclear, sem mencionar o fato dos dois serem signatários do TNP, são poucas:

O contexto de segurança e de percepção de ameaças por parte do Estado iraniano é completamente distinto do brasileiro, e esse é o fator determinante para que um país

detentor de tecnologia na área nuclear busque, ou renuncie ao desenvolvimento de armas nucleares. Já o Brasil encontra-se inserido em contexto regional em que o antagonismo com seu tradicional rival estratégico foi superado e no qual os dois países formularam uma estratégia nuclear pacífica e compartilhada. Esse processo, como um todo, é um exemplo para a sociedade internacional de como é possível criar espirais de cooperação, mesmo em contextos historicamente marcados pela rivalidade e competição (SILVA, 2010).

Enquanto o Brasil se insere em zona livre de armas nucleares, o Irã assiste a seus vizinhos e inimigos (Israel) adquirirem essa tecnologia. Alguns especialistas afirmam que a produção ou a ilusão da produção de armas nucleares pelo Irã impediria que os EUA, Israel ou forças da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) tentassem uma invasão ou guerra contra o país, por medo de retaliações catastróficas. Enquanto Israel discute publicamente a possibilidade de bombardear o Irã (no período em que este trabalho foi escrito, no primeiro semestre de 2012), essa seria a única “arma” que poderia impedir tais ataques. É devido a seu conhecido arsenal nuclear que hoje as grandes potências negociam com a Coreia do Norte de forma delicada e cuidadosa. Em contraste, o Iraque, sem possuir armas nucleares (apesar do governo Bush afirmar o contrário), não conseguiu se defender da invasão de 2003 (MOREIRA, 2010). Esse efeito dominó já mencionado, que é causado pela assimetria de forças criada pelo Tratado de Não-Proliferação, levou à complexa situação de segurança internacional de hoje.

Se não pelo caráter de destabilizador da segurança, o Brasil foi criticado interna e externamente pela intensificação de relações com o Irã devido à precária situação de respeito aos direitos humanos do regime islâmico.

Preiss (2011) ressalta, porém, que seria impossível para o Brasil interferir nesses assuntos dentro do Irã, e nem tem o governo brasileiro a responsabilidade para solucionar tais problemas: “O Brasil deve estabelecer condições de mediação, como as observadas na questão do enriquecimento do urânio do Irã” (2011, p. 56). Mesmo quando questões sobre direitos humanos são levantadas dentro do Brasil, a discussão é difícil e, por alguns partidos, inaceitável. Se as críticas advêm de atores externos, isso é então visto como “forma de ingerência de qualquer país ou entidade estrangeira” no Brasil (PREISS, 2011). Do mesmo modo, o Brasil não pode tentar inserir-se numa discussão que é primeiramente interna no Irã, e cabe aos organismos internacionais intervir.

Afirmamos, porém, que no desenvolvimento de um trabalho sobre a República Islâmica do Irã, muito pode ser dito sobre as violações de direitos humanos no regime dos aiatolás,

averiguadas por organizações internacionais. Por questões de escolha de foco do tema e recorte científico, escolhemos trabalhar exclusivamente com o programa nuclear iraniano e a percepção internacional deste, por isso a discussão sobre direitos humanos, aqui e na escolha de editoriais que foram analisados, não é contemplada.

3.5. A DECLARAÇÃO DE TEERÃ: CONEXÃO PERIGOSA?

Como já mencionado, o programa nuclear iraniano teve início com a ajuda dos EUA, mas foi interrompido com a Revolução Islâmica. Estima-se que entre 1989 e 1992, esse projeto foi retomado pelo regime dos aiatolás, com ajuda da Rússia. Oficialmente, o programa é desenvolvido para fins energéticos e médicos. Devido ao avanço dos projetos na área nuclear, porém, existe a suspeita de que ele tenha na verdade fins militares. Atividades de enriquecimento de urânio foram intensificadas nos últimos anos, e algumas organizações acreditam que o Irã possa hoje enriquecer urânio no nível necessário para fabricação de bombas nucleares (isso vem sendo debatido, porém; um relatório recente pela AIEA em 2012 afirmou que o país não possui tal capacidade).

Desde 2006, quatro sanções foram impostas pela ONU ao país com o objetivo de fazê-lo interromper as atividades nessa área. Nos últimos anos houve uma escalada das preocupações internacionais em relação ao Irã e de uma retórica agressiva, tanto iraniana como norte-americana. Tendo a invasão iraquiana como exemplo, a diplomacia brasileira preocupou-se com a possibilidade de uma nova intervenção militar que poderia desestabilizar ainda mais a região do Oriente Médio, visto os resultados nada positivos da guerra no Iraque. O Brasil então decidiu estimular o diálogo com o Irã para tentar acalmar a situação cada vez mais crítica do país na arena internacional. Além disso, a situação iraniana envolvia um aspecto da segurança internacional caro para a política externa brasileira: a campanha pelo desarmamento nuclear.

O Brasil e a Turquia serviam, ao mesmo tempo, como membros não-permanentes no CS e acompanhavam de perto as negociações dos últimos anos entre a AIEA e o Irã, incluindo as sanções aplicadas pelo conselho. Assim, no início de 2010, foi criado um esforço para abertura de diálogo. Na visão brasileira, um isolamento do Irã pela comunidade internacional iria apenas impulsionar, ou dar motivos, para o desenvolvimento de um programa nuclear efetivamente militar, e daria razões também para um crescente extremismo do regime iraniano. Os problemas

só poderiam ser resolvidos em uma atmosfera de menos desconfiança, que continuamente levava o Irã a tornar-se menos cooperativo e mais agressivo, podendo culminar em sério embate que ameaçaria a segurança global.

Dentre os vários momentos da política externa do governo Lula, um dos acordos mais debatidos e controversos foi a chamada Declaração de Teerã. O documento teve pouco de originalidade. Para minimizar possíveis críticas da comunidade internacional e ao mesmo tempo propagar a cooperação, o documento seguiu proposta similar a do Grupo de Viena (composto pelos EUA, França, Rússia e AIEA) de 2009, mas que não havia avançado em negociações. O governo iraniano rejeitou a proposta por três motivos: a quantidade de urânio a ser trocada, o local da troca e o período para a entrega do urânio enriquecido e para o recebimento do combustível, que deveria ser simultâneo na visão do Irã.

Há algum tempo, o Irã necessitava de combustível para o Reator de Pesquisas de Teerã, doado pelos EUA em 1967 e que é usado para pesquisas na área nuclear médica, de acordo com o governo. O reator funcionava abaixo da capacidade devido a uma falta iminente de combustível, que é de difícil concessão para o regime islâmico. Assim, a base da Declaração de Teerã estabelecia que o Irã enviaria 1,200 quilos de urânio para a Turquia, que guardaria o produto. O país poderia trazer observadores para monitorar a guarda do urânio, juntamente com a AIEA. Em troca, o Irã receberia 120 quilos de combustível para o reator, que seria fornecido pelo Grupo de Viena em até um ano da data de assinatura do acordo. Em suma, como especificado no documento, a troca não era mais que uma manutenção dos direitos do Irã como signatário do TNP, que indica que qualquer nação pode conduzir pesquisas não-militares no campo nuclear.

A embaixadora brasileira, Maria Luiza Ribeiro Viotti, afirmou no Conselho de Segurança em junho de 2010, que a iniciativa não tinha a pretensão de resolver todos os problemas relacionados ao programa nuclear iraniano, mas nascia como medida de “construção de confiança, como caminho para discussões mais amplas sobre o assunto” (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2010), o que também foi mencionado em vários outros pronunciamentos do governo.

O chanceler Celso Amorim usou o caso da guerra do Iraque pós-11 de setembro como um dos motivos pelos quais se fez necessária uma intervenção do tipo do acordo trilateral. Nessa guerra, a comunidade internacional, disse ele, não se envolveu nos acontecimentos e apenas observou o conflito acontecer e posteriormente descobriu que não haviam razões para a invasão.

O chanceler considerou a “vitória” brasileira fruto de alguns fatores que, indiretamente, constroem o argumento para a legitimidade brasileira na mediação de acordos internacionais (AMORIM, 2010): primeiro, a posição de país em desenvolvimento das duas nações mediadoras; segundo, o caráter não-nuclear do Brasil e da Turquia, o que lhes deu mais “legitimidade” para mediar um acordo dessa natureza; e terceiro, os dois países sempre reconheceram o direito iraniano de desenvolver pesquisas pacíficas contanto que as inspeções da AIEA e os regulamentos fossem respeitados. Essa teria sido uma vitória dos países em desenvolvimento sobre as grandes potências: a diplomacia Sul-Sul do governo Lula havia funcionado, e esse seria um ponto de partida para negociações futuras com o Irã, que incluiriam, por exemplo, a preocupação no enriquecimento de urânio à 20%.

A opinião pública, tanto interna, no Brasil, quanto externa, criticou a tentativa de cooperação. Apesar de o governo de Barack Obama¹⁴ pregar a resolução dos conflitos através da diplomacia, no momento os EUA não achavam que o problema iraniano poderia ser resolvido pelo acordo. Dizia-se que os governos turco e brasileiro seriam enganados pelo presidente iraniano. A grande mídia pouco noticiou que o texto do acordo se baseava em forma originalmente apoiada pelos EUA, e que agora recebia apoio de alguns membros do CS (Rússia e França) e do chefe da AIEA na época, Mohammad El-Baradei.

Para os brasileiros, o “monstro islâmico” foi alvo de intensas críticas. Apelando para instâncias envolvendo direitos humanos, que o regime iraniano notoriamente ignora, a mídia, tanto impressa como televisiva, conseguiu construir a imagem de uma nação com a qual o Brasil não deveria manter nenhum tipo de relação diplomática, e muito menos acordo.

Mas, tão logo foi criticado, o acordo foi esquecido. Sem fornecer tempo adequado para permitir que a tentativa de “construção de confiança” desse certo, no mesmo dia em que o Grupo de Viena enviou documento afirmando sua opinião sobre o acordo, novas sanções foram anunciadas pela ONU. Não houve tempo para uma réplica iraniana, de acordo com o chanceler. Jesus (2012) elenca alguns dos motivos da reprovação do acordo pelas grandes potências:

14 44º Presidente dos Estados Unidos da América, sucedeu George W. Bush, herdando duas guerras no Oriente Médio (Afeganistão e Iraque), além de conturbadas relações norte-americanas com a região. Obama iniciou o governo pregando o diálogo para resolver as tensões intensificadas entre EUA-Irã pelo governo Bush, mas também, através do Conselho de Segurança, instituiu sanções contra o regime iraniano, passando a investir menos na via diplomática de resolução do problema iraniano.

A Declaração foi criticada pelos EUA e por membros da União Européia por não lidar com a continuação da produção de urânio enriquecido a 19,75% no Irã. Ademais, as autoridades iranianas poderiam requerer o retorno do urânio de baixo enriquecimento depositado na Turquia se as provisões da Declaração não fossem respeitadas. O principal problema, de acordo com as grandes potências ocidentais, era a falta de definições específicas sobre situações consideradas violações (JESUS, 2012, p. 31).

Amorim (2010) afirma que três semanas antes da visita do ex-presidente Lula a Teerã, o presidente norte-americano Barack Obama enviou carta reafirmando pontos que deveriam ser incorporados – e o foram – na eventual Declaração de Teerã. Para Amorim, após a assinatura do acordo, as críticas surgiram primeiro porque os EUA e seus aliados decidiram mudar a estratégia, confiando no efeito das sanções. Ademais, os outros três membros do Conselho de Segurança obtiveram o apoio da Rússia e da China, apoiadores históricos do Ira¹⁵, e não quiseram “perder a oportunidade” de agir nesse raro consenso dentro do CS. Amorim ainda acredita que o sucesso de duas nações emergentes em uma área delicada das relações internacionais teria desagradado as grandes potências, já que o mesmo acordo havia sido tentado meses antes por eles sem sucesso.

Em junho, menos de um mês após a assinatura da Declaração de Teerã, novas sanções ao Irã foram votadas pelo CS. O Brasil e a Turquia foram contrários – essa foi a primeira e única vez que o Brasil se pronunciara contra uma resolução que foi aprovada. O regime iraniano assegurou ao Brasil que iria seguir o acordado na Declaração de Teerã mesmo após a nova punição. Após meses de negociações com o Conselho de Segurança, porém, o Brasil cedeu e o presidente Lula assinou decreto para que o País cumpra, também, as sanções econômicas da ONU.

Os eventos que se seguiram à Declaração de Teerã salientaram a necessidade de reforma dos organismos internacionais, e a hipocrisia do atual sistema internacional. A forma como as novas sanções foram aplicadas e deliberadas pelos membros permanentes do Conselho (únicos com poder de veto) foi antidemocrática e não foi divulgada para a comunidade internacional claramente. Em um mundo de relações complexas e por vezes sem lógica, concentrar as decisões mais delicadas no tocante à segurança internacional na mão de cinco países que, juntos têm um histórico maior de intervenção militar e conflitos do que todos os outros países do mundo, leva invariavelmente a mais conflitos devido a esse desequilíbrio. Nos últimos 30 anos, desde a guerra Irã-Iraque, nenhuma outra invasão foi cometida pelo Irã. O mesmo não pode ser dito da maior

¹⁵ A Rússia, além de auxiliar o programa nuclear iraniano, tem alianças históricas tanto diplomáticas como comerciais com o país. A China importa grande parte do petróleo iraniano.

democracia mundial. Em termos lógicos, a ameaça maior se encontra do lado norte-americano, e não do iraniano.

A divisão entre os *have* e *have nots* – os que possuem e não possuem, no vocabulário da teoria das relações internacionais – cria mais divisões e conflitos, em um modo parecido ao do fenômeno da globalização: a lacuna entre as potências históricas e o resto do mundo são, de diversas maneiras, mais profundas.

4. A DECLARAÇÃO DE TEERÃ NAS PÁGINAS DA *FOLHA*

Nos capítulos anteriores, foram abordadas as mudanças que contribuíram para que o Brasil, país em ascensão econômica e política na esfera global, adquirisse a posição de mediador em uma questão de segurança internacional; a do programa nuclear iraniano. Em particular, um fenômeno está no centro desse processo: o da globalização, abordado no primeiro capítulo deste trabalho. Através dele, uma nova ordem internacional propicia o alargamento dos centros de decisão mundial, envolvendo um maior número de atores. As transformações na Comunicação tornaram a mídia parte integral do leque de ferramentas humano para a compreensão de fatos, sobrepondo-se a outras instituições.

Essa configuração enfatiza a importância do estudo da atuação do Jornalismo na construção do imaginário internacional, e do papel que assumem jornais e televisões ao interpretar os acontecimentos mundiais, mais difíceis de serem compreendidos corretamente, tanto por questões geográficas e técnicas, como por questões geopolíticas e culturais. Por tratar-se de uma modalidade de noticiário pouco popular entre a audiência, que geralmente tem menos conhecimento sobre o assunto, a mídia assume um papel de grande importância para mediar o entendimento de contextos longínquos mas que, a despeito disso, podem impactar – e impactam – nosso contexto político e social interno.

O segundo capítulo detém-se a apresentar a realidade política do governo Lula e o projeto maior que regia o andamento da política externa, e levou, entre outras, à iniciativa do acordo chamado de Declaração de Teerã. Os fatos mais importantes que levaram à atual disposição política na República Islâmica do Irã também foram resgatados, além de um breve histórico do regime de não-proliferação nuclear e suas falhas internas, que são alvo de críticas internacionais.

Neste capítulo, todos estes aspectos são reunidos na análise do objeto – editoriais publicados em 2010 na *Folha de S. Paulo* – sob a luz da teoria crítica da ideologia de Thompson, discutida a seguir.

4.1. TEORIA CRÍTICA DA IDEOLOGIA

Para analisar as relações constituídas nos editoriais da *Folha de S. Paulo*, utilizaremos a metodologia da interpretação, ancorada no estudo de John B. Thompson (2007). A escolha dos textos analisados por essa metodologia foi feita do seguinte modo: a pesquisa priorizou o ano de 2010 por ter sido o período em que ocorreram as negociações e a assinatura da Declaração de Teerã, e por considerar esse um ano importante da atuação brasileira no Conselho de Segurança. Desta maneira, identificamos primeiramente os editoriais que mencionavam a República Islâmica do Irã neste período através da ferramenta de busca do portal Folha.com, que armazena o arquivo de editoriais da *Folha de S. Paulo* na seção de Opinião. Vinte e dois editoriais foram encontrados, divididos basicamente entre as temáticas de direitos humanos e energia nuclear. Descartamos os primeiros, por irem além do foco do trabalho, e alguns da temática nuclear, por se referirem apenas às relações EUA-Irã, sem mencionar a atuação da diplomacia brasileira. O resultado desse processo foi a seleção de sete editoriais ao longo do ano de 2010, que exemplificam a atenção dada às relações brasileiras com esse país por um dos maiores jornais do Brasil, entre fevereiro e agosto daquele ano. Os títulos e datas dos editoriais são os seguintes:

Título	Data
Aventura em Teerã	Fev/2010
Clube nuclear	Mar/2010
Obama e a bomba	Abr/2010
As duas faces de Obama	Mai/2010
O incerto e o duvidoso	Jun/2010
A outra questão iraniana	Jun/2010
Ventos ameaçadores	Ago/2010

O material foi analisado a partir das categorias criadas por Thompson (2007). A leitura crítica surge a partir do estudo da ideologia e de suas várias conotações durante períodos históricos diversos. Passando pela Revolução Francesa e filósofos e políticos como Destutt de Tracy, Napoleão e Karl Marx, a definição de ideologia sofreu várias modificações e foi vista por diversos prismas, de formas tanto positivas como negativas. A concepção de ideologia defendida por Thompson guarda aspectos críticos em sua definição e não se constitui com neutralidade, em

contraste com a concepção original do termo. A concepção latente de ideologia trata de um sistema de representações simbólicas que sustenta relações de dominação ao desviar as pessoas da “busca coletiva de mudança social” (THOMPSON, 2007). Esse “desvio” pode ser feito de várias formas, através de um discurso saudosista, do uso de ideias que obscurecem as relações de classe, reforçando grupos que ocupam o poder. Na visão de Thompson, “ideologia é sentido a serviço do poder”. Através das formas simbólicas, esse sentido pode servir, em momentos específicos, para “estabelecer e sustentar relações de poder”. O autor complementa:

Consequentemente, o estudo da ideologia exige que investiguemos as maneiras como o sentido é construído e usado pelas formas simbólicas de vários tipos, desde as falas linguísticas cotidianas até às imagens e aos textos complexos. Ele exige que investiguemos os contextos sociais dentro dos quais essas formas simbólicas são empregadas e articuladas. (...) Desafiamos a estudar as formas simbólicas sob certa luz: à luz das relações sociais estruturadas, cujo emprego e articulação podem ajudar, em circunstâncias específicas, a criar, alimentar, apoiar e reproduzir (THOMPSON, 2007. p. 16).

A interpretação busca analisar as formas simbólicas e se elas são usadas ideologicamente ou não; o estudo se interessa pelos contextos sociais em que elas, simultaneamente, são produzidas e impactam. O autor ressalta, no entanto, que as formas simbólicas, e em específico as midiáticas, não são fundamentalmente ideológicas: para comprovar isso, ou não, é necessária uma análise interpretativa e do contexto sócio-histórico do objeto. Por isso, as formas simbólicas, dependendo de seu contexto, podem ser analisadas como ideológicas em um momento e contestadoras em outro (THOMPSON, 2007). Através da hermenêutica de profundidade, analisaremos como o sentido é utilizado para estabelecer essas relações assimétricas de dominação. Tais relações, Thompson relata, tiveram seu alcance multiplicado com o surgimento da Comunicação de Massa.

Se antes as trocas simbólicas aconteciam obrigatoriamente em interações face a face, elas passaram a serem “mediadas, de maneira sempre mais ampla e crescente, pelas instituições e mecanismos da comunicação de massa” (THOMPSON, 2007, p. 25). A expansão dos modos de comunicação também proporcionou novas experiências culturais ao público; estão agora ao alcance do leitor análises da conjuntura global, da mesma maneira em que instituições governamentais e outras organizações se tornam mais abertas ao crivo dos cidadãos e sentem necessidade de expor suas ações na mídia. Desta forma, capazes de atingir uma escala sem

precedentes de pessoas, as formas simbólicas e a mobilização do sentido se tornam capazes de “transcender o contexto social” (THOMPSON, 2007) em que foram produzidas.

As relações de dominação, as quais o uso da ideologia sustenta, não se restringem às lutas de classe, como a concepção ideológica de Marx defende. Thompson vai muito além quando se refere a relações assimétricas de dominação, tratando das relações entre sexos, grupos étnicos, entre o indivíduo e o estado, entre o estado-nação e blocos de estado-nação, entre instituições e o estado etc. Se na época de Marx as relações de classe talvez fossem o maior alvo das formas simbólicas ideológicas, a complexidade do mundo atual faz estes outros conflitos, em certos momentos e lugares, serem alvo mais relevante para o uso das formas simbólicas ideologicamente, reflete Thompson (2007).

As representações simbólicas, porém, não servem *apenas* para mediar e fortalecer essas relações sociais; pelo contrário, elas fazem parte do alicerce da teia social como tal. O estudo da ideologia pretende analisar como o sentido cria e sustenta ativamente essas interações, fazendo isso através de “um contínuo processo de produção e recepção de formas simbólicas” (THOMPSON, 2007, p. 79). Embora a mobilização do sentido seja uma das maneiras de se sustentar relações de dominação, esta é apenas uma das formas de preservar a hegemonia. Essas estratégias, porém, não estão incluídas no estudo da ideologia por não se basearem nas formas simbólicas.

Em algumas circunstâncias, a apatia, a indiferença das pessoas e grupos subordinados, ou mesmo sua disposição e vontade em se submeter à servidão, podem ser vitais. Noutras circunstâncias, relações de dominação podem ser sustentadas pelo fato de que certas práticas foram seguidas durante muito tempo e com tal regularidade que elas adquiriram um caráter de hábitos ou de rotinas que não são mais discutidos nem questionados; relações de dominação podem ser reproduzidas não porque o sentido é mobilizado para apoiá-las, mas, simplesmente, porque é assim que as coisas sempre se comportaram (THOMPSON, 2007, p. 91).

Em contrapartida, o estudo das formas simbólicas contestatórias às relações de dominação pode esclarecer o papel e o *modus operandi* das formas simbólicas que sustentam a dominação. Elas, porém, são não-ideológicas: o caráter assimétrico da concepção de ideologia de Thompson leva em conta que as formas simbólicas que não promovem o poder não usam de ideologia. O

fenômeno ideológico vai então ser delimitado pelas (THOMPSON, 2007) e é específico das formas simbólicas hegemônicas que favorecem grupos dominantes.

Para analisar esse caráter hegemônico das formas simbólicas, especificamente no meio midiático, é necessário analisar o contexto sócio-histórico em que elas são produzidas e distribuídas, conhecer as características das instituições midiáticas, bem como investigar a estrutura e conteúdo das próprias mensagens. O segundo capítulo deste trabalho detém-se à análise sócio-histórica, enquanto as características da instituição analisada (*Folha de S. Paulo*) serão abordadas mais a frente neste capítulo. O autor frisa, porém, que mesmo através dessas ferramentas, o campo do sentido e suas nuances não garante ao pesquisador absoluta certeza sobre seus resultados ou uma “demonstração incontestável” que comprove a análise. Trata-se de um objeto que usa de ambiguidade e decepção, obscurecendo as relações sociais, e por isso sua análise não pode trazer certeza sobre resultados que muitas vezes se baseiam em produtos culturalmente já pré-interpretados.

Ao se deparar com qualquer produto midiático, porém, não podemos pressupor que ele possa ser categorizado como ideológico somente por ter origem no campo da Comunicação de Massa. Como as outras formas simbólicas, eles não são ideológicos em si mesmos, mas em certos contextos podem vir a criar ou sustentar relações de dominação (THOMPSON, 2007).

Por isso, qualquer que seja a estratégia de construção simbólica empregada pelo comunicador principal, quaisquer que sejam as maneiras como as mensagens da mídia são recebidas e compreendidas, e sejam quais forem as consequências que elas tem para a manutenção ou ruptura das relações de poder, tudo dependerá de um conjunto de circunstâncias que estão além do contexto de produção, e até certo ponto, além do controle dos produtores (THOMPSON, 2007, p. 347).

Thompson lembra ainda que esse estudo está centrado no problema da “compreensão e interpretação”; tendo em vista que as formas simbólicas tornam-se significativas e impactam o contexto social por se tratarem de construções que podem ser compreendidas e decodificadas por quem entra em contato com elas. A hermenêutica de profundidade tem como pressuposto que o objeto em análise – no caso deste trabalho, editoriais jornalísticos – exigem interpretação por serem uma construção simbólica significativa. O referencial teórico da hermenêutica tenta

abordar esse estudo do ponto de vista sócio-histórico e interpretativo, contextualizando socialmente a produção dessas formas simbólicas e posteriormente interpretando-as.

A perspectiva de análise sócio-histórica é, ela mesma, campo pré-interpretado, pois a realidade sócio-histórica é construída através de interpretações dos sujeitos imersos nela. Trata-se de trabalhar sobre “bases pré-estabelecidas da compreensão quotidiana” (THOMPSON, 2007, p. 359). Dessa forma, quando se interpreta uma forma simbólica, deve-se levar em consideração que ela mesma deve ter sido interpretada pelos sujeitos que fazem parte de seu contexto. Essa análise pode configurar-se então como a re-interpretação de um campo pré-interpretado. O resultado da investigação das formas simbólicas pertencentes ao campo social pode então ser absorvido pelos sujeitos que pré-interpretaram esse campo:

Os resultados da pesquisa social podem, em princípio, e muitas vezes o são na prática, ser apropriados pelos sujeitos que constituem o campo subjetivo-objetivo sobre o qual esses resultados são formulados, e este campo pode, ele mesmo, ser transformado no processo mesmo de apropriação. Existem muitos exemplos comuns dessa relação intrínseca de retroalimentação potencial, os resultados de uma pesquisa de opinião sobre intenções de voto podem afetar as intenções dos votantes; uma análise das desigualdades sistemáticas pode estimular protestos que tenham como objetivo reduzir ou eliminar as desigualdades e assim por diante (THOMPSON, 2007, p. 360).

Tendo em vista a interpretação das formas simbólicas e sua análise formal, Thompson (2007) destacou cinco modos gerais de operação da ideologia e algumas estratégias de construção simbólicas mais usuais, que serão detalhadas a seguir, e que foram utilizadas na análise discursiva do objeto de pesquisa.

- Legitimação: As relações de dominação podem ser sustentadas quando representadas como “legítimas, isto é, como justas ou dignas de apoio” (THOMPSON, 2007, p. 82). Existem três estratégias de legitimação típicas da construção simbólica, sendo a primeira a racionalização: que constrói, em uma forma simbólica, um raciocínio para defender ou justificar um grupo de relações ou instituições sociais, tentando convencer um certo público que elas devem ser apoiadas. A segunda estratégia é a universalização, onde certos acordos que servem apenas a interesses restritos e só podem ser acessados por grupos dominantes são apresentados como de amplo acesso a todos. A terceira e última

estratégia, a narrativização, se utiliza do passado para legitimar o presente: processos históricos são apresentados como eternos e aceitáveis, colocando os acontecimentos do presente como parte de tradições imutáveis (THOMPSON, 2007).

- **Dissimulação:** A partir da dissimulação, há o ocultamento, negação ou obscurecimento de relações de dominação, desviando a atenção da realidade ou ignorando processos existentes. A primeira estratégia de dissimulação se trata do deslocamento, onde a definição de um termo é deslocada para se referir a outro, transferindo consigo as conotações positivas ou negativas do termo original. A eufemização é a segunda estratégia usada para dissimular, e através dela, processos, instituições e relações sociais são apresentados de forma positiva e eufemizada. O tropo se refere ao terceiro grupo de estratégias de dissimulação, que usa o sentido figurativo das formas simbólicas para sustentar relações de dominação. A figura de linguagem da sinédoque une a parte e o todo, usando um termo que se refere a uma parte para se referir ao todo, e vice-versa. Dessa forma, há uma dissimulação das relações e processos sociais, que podem ser apresentados de forma invertida. Já a metonímia associa o referente com algo, tirando, a partir daí, uma valoração, mobilizando o sentido através de conexões implícitas. Por último, a metáfora aplica um termo a algo que ele não pode ser literalmente aplicado. Essa forma de representação também dissimula as relações, podendo gerar um novo sentido através da nova referência ao termo original, podendo acentuar certas características mais do que outras, seja positiva ou negativamente. Há uma ressalva feita pelo autor quando nos referimos às figuras de linguagem: apesar destas poderem, hipoteticamente, sustentar ou criar relações de dominação, o uso figurativo da linguagem não deve ser visto como majoritariamente ideológico. Essa definição dependerá, como todas as outras, da análise através da metodologia da interpretação.
- **Unificação:** A unificação procura construir simbolicamente unidades coletivas, ignorando diferenças entre situações e grupos para elaborar e sustentar relações de dominação. Uma das estratégias de unificação é a padronização, onde formas simbólicas são “adaptadas a um referencial padrão, que é proposto como um fundamento partilhado e aceitável de troca simbólica” (THOMPSON, 2007, p. 86). Com o objetivo de suprimir as diferenças, a

simbolização da unidade também busca sustentar relações de dominação, através da construção de símbolos nacionais que unifiquem a população.

- Fragmentação: Indo de encontro às estratégias de unificação, a fragmentação sustenta relações de poder ao segmentar indivíduos que são ou podem se tornar contestadores do *status quo*, apresentando-os como perigosos e inimigos. Uma das estratégias desse modo é a diferenciação, quando uma ênfase é dada às diferenças entre grupos, dando maior atenção às características que os separam do resto da sociedade. A segunda estratégia é o expurgo do outro: nela, um verdadeiro inimigo é construído através das formas simbólicas, retratado como isolado do resto da sociedade e que, conseqüentemente, deve ser expurgado.
- Reificação: O último modo de operação da ideologia através das formas simbólicas é feito através da reificação; quando situações e processos mutáveis e transitórios são retratados como permanentes, imutáveis e naturais, desprovidos de seu contexto sócio-histórico. A naturalização é uma das estratégias reificantes: a partir dessa estratégia, um regime ou uma situação que envolve relações de poder são vistas como inevitáveis ou naturais. A estratégia de eternalização é similar à naturalização, e desencoraja o questionamento de processos que são apresentados como eternos e cristalizados numa “tradição” imutável. A nominalização e a passivização são dois recursos gramaticais usados para atuar na reificação. A nominalização pode ocultar participantes de ações de forma eufemística; a passivização ocorre quando verbos são colocados na voz passiva. As duas estratégias, de acordo com Thompson, “apagam os atores e a ação e tendem a representar processos como coisas ou acontecimentos que ocorrem na ausência de um sujeito que produza essas coisas” (THOMPSON, 2007, p. 88).

4.2. A TRAJETÓRIA DA *FOLHA DE S. PAULO*

Aos 91 anos de história, a *Folha de S. Paulo* se configura como um dos mais influentes jornais do Brasil, sendo o de segunda maior circulação¹⁶. O jornal passou por vários momentos em uma trajetória marcada pelas mudanças econômicas e sociais do Brasil no século XX, alterando várias vezes a política editorial (SILVA, 1988). Nesta seção, pretende-se resgatar brevemente o período que mais contribuiu diretamente para a estrutura do veículo hoje, para que este possa elucidar o *modus operandi* e as forças que regem a instituição a que pertencem os editoriais analisados neste estudo.

Desde a fundação da *Folha da Noite* em 19 de fevereiro de 1921 até a formação do Grupo Folha, a empresa passou por três fases e donos distintos. Nesse período, três publicações foram criadas (Folha da Manhã e Folha da Tarde, além da Folha da Noite) e fundidas sob o título de *Folha de S. Paulo* em 1960¹⁷. Os empresários Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho adquiriram o jornal em más condições financeiras no ano de 1962. Talvez não por acaso, a *Folha* é considerada o primeiro “jornal organizado como empresa” do Brasil (SILVA, 1988); hoje ela é parte essencial de um dos mais importantes conglomerados de Comunicação brasileiros.

A partir dos anos 1980, uma estratégia comercial agressiva, aos moldes da imprensa capitalista já constituída nos EUA e na Europa, foi iniciada pelo grupo. Esta, mais tarde, seria parcialmente responsável pelas profundas mudanças por que passou o mercado jornalístico brasileiro nas décadas seguintes. Influenciada pela ascensão do neoliberalismo e a redemocratização brasileira, a direção da empresa desencadeou um processo de modernização com o chamado Projeto Folha, que incidiu também sobre a linha editorial do jornal (ARBEX JR. apud NASCIMENTO, 2003, p. 47-48). O projeto alterou profundamente a maneira como os profissionais da redação lidam com a informação dentro da *Folha* e dos demais jornais do grupo.

A implementação do projeto é uma extensão do processo iniciado por Frias e Caldeira quando da compra dos jornais: a partir dos anos 1960, dentro da estratégia de expansão do grupo, e se beneficiando da recessão, inúmeros jornais foram comprados, e a capacidade de distribuição e impressão foi significativamente alterada, com a compra de novas impressoras e máquinas

¹⁶ Segundo dados do ano de 2011, disponibilizados pela Associação Nacional de Jornais (ANJ) no endereço eletrônico: <http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/jornais-no-brasil/maiores-jornais-do-brasil>.

¹⁷ Após um período de suspensão, a *Folha da Tarde* voltou a funcionar no fim da década até os anos 1990, quando foi substituída por outro jornal do grupo, o *Agora*, de viés também popular.

adquiridas através de subsídios governamentais ou por meio de organizações internacionais (TASCHNER, 1992). Em uma primeira fase, cuidaram de resolver os problemas econômicos da empresa, nos anos 60; em uma segunda fase, renovaram o acervo de máquinas entre o fim da década de 60 e a de 70; a terceira fase tratou de modificar a política editorial do jornal, que desde a mudança de donos tinha sofrido alterações não muito significativas, e ocorreu efetivamente a partir de 1984 (SILVA, 1988).

Nos três anos de implementação do Projeto Folha, entre 1984 e 1987, o grupo recebeu sérias críticas da categoria dos jornalistas, dentro e fora do jornal. Otávio Frias Filho, herdeiro de Frias de Oliveira, que assumiu o posto de diretor da redação nessa época, fala do objetivo do “aumento brutal e a sofisticação do controle sobre o processo de trabalho na redação da Folha de S. Paulo”, que era substituir “velhas normas de redação por outras, extremamente detalhadas”, e que deram origem ao primeiro Manual Geral da Redação da *Folha de S. Paulo* (SILVA, 1988, p. 167), que aglutina até hoje todas as normas. Nos três anos em que o projeto foi posto em prática, a direção viu uma reação positiva dos leitores: nesse período, o número de assinaturas aumentou mais de 78%.

Mas essa estratégia era vista como uma forma de manter controle sobre os jornalistas na redação, restringindo a liberdade de criação e ameaçando os direitos profissionais em vigor, que perceberam uma mudança até no *status* dentro da empresa: se antes eram vistos como a elite, agora eram profissionais assalariados como os outros que compunham a organização (TASCHNER, 1992). Houve, como consequência da resistência à reestruturação, significativa mudança no quadro de pessoal. Taschner (1992) comenta sobre os efeitos externos desse processo:

No plano extra-redação, a centralização reduziu proporcionalmente os custos unitários e viabilizou (junto com os financiamentos obtidos) mudanças tecnológicas que permitiram a empresa ter maior controle sobre o processo de trabalho – através de sua degradação, mecanização e parcial informatização – e possibilitaram a confecção de produtos mais competitivos, do ponto de vista de sua qualidade gráfica. A empresa conseguiu também realizar a distribuição simultânea de seus produtos e antecipá-la. Com tudo isso, ampliaram-se as condições para expandir o mercado de leitores e anunciantes (TASCHNER, 1992, p. 167).

O próprio manual da redação foi criticado por se tratar de uma maneira reducionista da direção lidar com os desafios do complexo trabalho conduzido em uma redação, como afirma Weber Abramo (apud Taschner 1992):

(...) o jornalista da Folha não é assistido, no seu dia a dia, por uma supervisão constante: ele recebe elogios ou punições no dia seguinte. Na *Folha* o Manual substituiu o superior mais experiente em seu papel formativo. Deste último, retirou-se a função tradicional de educar os ingressantes na profissão; a *Folha* não tem editores, mas administradores burocrático-ideológicos de editoriais (...) (TASCHNER, 1992, p. 167).

No desenvolvimento de um modelo empresarial marcado pela “racionalização, formalização, e normalização”, como afirmou Frias Filho (SILVA, 1988, p. 168), Taschner (1992) ressalta o caráter simultâneo do controle almejado pelas mudanças, ora “sobre o processo de produção da mensagem em conjunto e sobre o desempenho de cada jornalista que dele participa” (TASCHNER, 1992, p. 169).

A visão do grupo que mantém a *Folha* é a de “consolidar-se como o mais influente grupo de mídia do país”, como esclarece a página oficial do jornal na Internet. O trato da informação e do produto jornalístico como mercadorias fica evidente; tal marca é característica da gestão da família Frias desde os anos 60. Atualmente, o Grupo Folha controla o maior portal de notícias online do Brasil, o Universo Online (UOL), a maior gráfica comercial (Plural), o instituto de pesquisas de opinião Datafolha e a agência de notícias Folhapress. Entre as publicações geridas pela empresa estão os diários Agora, Valor Econômico (este em parceria com as Organizações Globo) e Alô Negócios, além das revistas Sãopaulo e Serafina, e outros negócios. Nove mil pessoas são empregadas diretamente. Pode-se perceber a busca por essa “influência” e o alcance do grupo a nível nacional.

Apesar de primar por uma lógica capitalista moderna, a *Folha* ainda guarda um caráter de empresa familiar, onde a família Frias detém o poder ainda hoje. Essa peculiaridade transparece na linha editorial do jornal que, de maneira geral, se ateu às razões de mercado e não a crenças político-ideológicas (TASCHNER, 1992). Na mais recente versão do projeto editorial da *Folha*, lançada em 1997 e publicada no Manual da Redação (2007), o jornal ilustra a maneira como percebe o espaço público:

O espaço público, terreno em que o jornalismo sempre lastreou sua legitimidade, passa por um terremoto que ainda não assentou; até a terminologia do debate (direita e esquerda, por exemplo) foi desorganizada. Conceito sempre difuso, a opinião pública ganha unidade com a convergência geral de idéias, mas se dispersa numa segmentação de interesses que desafia a linguagem em comum. O jornalismo reflete fraturas e deslocamentos que ainda estão por mapear e se defronta com dilemas capazes de pôr seus pressupostos em questão: o que informar, para quem e para quê? (Manual da Redação: Folha de S. Paulo, 2007, p. 11).

A empresa determina que existe uma linguagem em comum, porém parece lutar com as características paradoxais que compõem o momento social contemporâneo; de certo, os interesses sempre foram “segmentados”, mas transparece a preocupação em tentar agradar todos esses segmentos na indagação sobre “o que informar, para quem e para quê”. Esse trecho também reflete a dificuldade que o jornal teve para se relacionar com o público pós-ditadura: se antes ele era largamente unificado, com a abertura política passou a ter predileções e interesses diversos.

Embora de viés conservador, como o são todos os grandes jornais do Brasil, Taschner (1992) afirma que a *Folha* nunca assumiu posição editorial ou “compromissos ideológicos muito precisos”, o que possibilitou que o grupo desfrutasse de oportunidades que surgiam durante o período militar, e também com a redemocratização, no aspecto econômico, e no tocante a seu alcance de público visando a consolidação e a busca por “influência”.

Na feitura dos editoriais, é interessante notar o peso que o patriarca Frias de Oliveira obtinha, até pouco antes de sua morte, na escolha de temas. Em entrevista a um portal eletrônico¹⁸ em 2005, Frias Filho fala da importância do pai na condução da linha editorial e dos editoriais da *Folha* – ao ponto de escrever alguns deles –, o que ilustra o modo centralizado de feitura dos editoriais no jornal, e leva a crer que, hoje, Frias Filho, como herdeiro e representante da família na redação, é quem dita as linhas políticas a serem seguidas:

Os editoriais da Folha continuam sob a responsabilidade de meu pai, assim como a direção conceitual do jornal como um todo. Embora com um expediente de menos horas, compreensível pelos seus 92 anos de idade, ele vem diariamente aqui. Os grandes números da empresa, tanto da Folha quanto do UOL, aliás, ele acompanha até hoje. E a orientação mais básica do jornal, do ponto de vista político, sobretudo a expressa nos editoriais, mas não só, até hoje é feita por meu pai. Sempre muito bem humorado, muito informal, despachado, fácil de se relacionar, ele continua sendo um ícone. E caneta editoriais até hoje (Jornalistas & Cia Online, 2005).

No manual, o jornal também ressalta a prerrogativa de “mudar de opinião sobre determinado assunto”, o que deve ser feito “com clareza”. O livro aponta também os preceitos básicos de produção do editorial:

¹⁸ Entrevista de Otávio Frias Filho concedida a Eduardo Ribeiro e Wilson Baroncelli, com participação especial de Antonio Alberto Prado em 2005. Disponível em: <http://www.jornalistasecia.com.br/protagonista01.htm>.

(...) seu estilo deve ser ao mesmo tempo enfático e equilibrado. Deve evitar o sarcasmo, a interrogação e a exclamação. Deve apresentar com concisão a questão de que vai tratar, desenvolver os argumentos que o jornal defende, refutar as opiniões opostas e concluir condensando a posição adotada pela Folha (Manual de Redação: Folha de S. Paulo, p. 64, 2007).

Apesar de uma política editorial flutuante, respondendo em parte aos estímulos do mercado, nem por isso a *Folha* deixa de manter certas posições firmes, como constatado na análise dos editoriais abaixo.

4.3. PODER E DOMINAÇÃO: UM ACORDO EM DESALINHO

A análise discursiva formal dos editoriais selecionados se inicia com o texto intitulado “*Aventura em Teerã*”, publicado em 14 de fevereiro de 2010. Nele, podemos constatar a função do editorial atribuída por Marques de Melo (1985): sustentando um diálogo com o Estado e suas políticas. O editorial traz uma lista de sugestões a ser incorporada na política externa do governo Lula, entre as quais a mais importante é o afastamento necessário, e imediato, do governo brasileiro nas questões relacionadas ao Irã. O editorial se opõe ao relacionamento entre Brasil e o regime iraniano, e pede o cancelamento de uma visita do ex-presidente Lula ao país. A partir desses argumentos, estão presentes duas vertentes de pensamento pertencentes à comunidade internacional: uma que apóia o regime teocrático e repressivo ou que apenas apóia o direito do uso pacífico da energia nuclear por qualquer nação, e a outra que apóia a política externa estadunidense para o país persa. Para o jornal, o governo do Brasil não deveria se associar a figura tão impopular e controversa como o presidente iraniano Mahmoud Ahmadinejad.

A figura de Ahmadinejad é usada para representar todo o governo iraniano, em uma estratégia de *sinédoque* que reforça o *expurgo do outro*: Ahmadinejad é razoavelmente conhecido pela sociedade internacional que acompanha o noticiário e é invariavelmente retratado nesse meio como um ditador que tem pretensões de bombardear Israel e imprimir no Oriente Médio o mesmo tipo de revolução feita no Irã. Para o democrático presidente Lula, manter relações com tal indivíduo seria um “erro”. Porém, o editorial falha em mencionar a estrutura política iraniana, e o papel decisivo do aiatolá Khamenei. Pelo contrário, muitos veem Ahmadinejad como um

presidente sem poder de decisão, mas a sua personalidade controversa ajuda a legitimar a política externa norte-americana, que o editorial apóia em grande parte.

Para além da figura de Ahmadinejad, outro argumento é apresentado para que o Brasil não se alinhe ao Irã: as contínuas provas de violações de direitos humanos praticadas pelo regime, que “enforca dissidentes” corriqueiramente. Há aqui um processo de *dissimulação* das formas simbólicas, que, de acordo com Thompson, sustentam relações de dominação “ao serem ocultadas, negadas ou obscurecidas (...) representadas de maneiras que desviam a atenção” (THOMPSON, 2007, p. 83). O editorial defende a preocupação norte-americana com o regime iraniano e seu programa nuclear, apesar da falta de provas para afirmar que este tenha pretensões bélicas, mas não menciona que, também os EUA são acusados de matar e torturar terroristas sem julgamento na prisão de Guantánamo e na agora extinta Abu Ghraib, como também civis inocentes na chamada Guerra Contra o Terror, ignorando acordos internacionais de direitos humanos.

O texto põe em dúvida a eficácia de possíveis novas sanções ao Irã, concordando com a posição do chanceler Celso Amorim. Enquanto não se sabe o desenrolar das relações do Irã com as grandes potências, o editorial sugere que o Brasil, representado pelo presidente Lula, não se associe ao regime através da visita do presidente. O texto termina a argumentação dessa forma:

A política externa brasileira, tradicionalmente conhecida por sua discrição, equidistância e passos seguros, tem sido marcada, em especial no segundo mandato do presidente Lula, por comportamentos erráticos e decisões trêfegas. Servem como exemplos o apoio incondicional, em Honduras, ao presidente deposto Manuel Zelaya¹⁹ e, no caso do Irã, ao governo de Ahmadinejad. O país saiu derrotado – e sua imagem, prejudicada – no primeiro caso. Ainda há tempo para reparar o erro, no segundo (FOLHA DE S. PAULO, 14 de fevereiro de 2010).

Há o uso da estratégia de *racionalização*; defende-se um recuo da aproximação Brasil-Irã devido a atuações equivocadas da política externa brasileira, mas em contextos muito distintos e com países bem diferentes dos discutidos aqui. Ao mencionar ações anteriores da diplomacia do governo Lula que foram controversas internamente, é feito também o uso da *metonímia*: a

¹⁹ Ex-presidente de Honduras, foi deposto por um suposto golpe militar desencadeado em junho de 2009. O político se refugiou na Embaixada Brasileira em Honduras por mais de quatro meses, e a posição de apoio do governo Lula ao governante foi censurada por parte da mídia. Eventualmente Zelaya recebeu um ultimato do governo e deixou o complexo em Janeiro de 2010, quando terminaria seu mandato.

estratégia usada agora com o Irã é relacionada com uma estratégia vista como errada no passado. Há uma *eternalização* do processo de decisão de política internacional da administração Lula, retratado como imutável, e, na visão do jornal, equivocado.

No editorial “*Clube Nuclear*”, de 29 de março de 2010, a *Folha* aborda a assinatura do START (*Strategic Arms Reduction Treaty* – Tratado de Redução Estratégica de Armas), tratado bilateral entre EUA e Rússia para diminuir ao longo do tempo o arsenal nuclear dos dois países. Se o texto cita que o acordo tem o objetivo de evitar uma volta aos “dias mais negros” da Guerra Fria e a proliferação de armas nucleares, ele põe em contraste países que aparentemente não compartilham desse interesse, como o Irã, e o Brasil, que “hesita em apoiar sanções” ao regime persa. O texto usa de *dissimulação* ao falar da atuação brasileira; embora o Brasil tenha hesitado em apoiar sanções sobre as quais a eficácia foi posta em dúvida pelo próprio jornal – em editoriais presentes neste trabalho –, o governo brasileiro, mesmo hesitante, nunca deixou de cumprir com as sanções do Conselho de Segurança e da Assembléia Geral da ONU.

O texto também aborda a emenda ao Tratado de Não-Proliferação (TNP), a qual o Brasil não ratificou, e questiona a possibilidade de diminuição de armas nucleares com a nova revisão do tratado. Nesse argumento está inserida a *diferenciação*; o jornal afirma que tanto a Rússia quanto os EUA, maiores detentores de armas nucleares no mundo, não poderiam servir de exemplo para impulsionar os demais países a se desarmarem. É interessante notar que o mesmo argumento foi utilizado pela diplomacia brasileira quando questionada sobre a legitimidade do Brasil para tratar de segurança nuclear. Ressoam os mesmos questionamentos sobre a legitimidade do TNP que vem sendo cada vez mais abordados pelos países não-detentores de armas nucleares e signatários do tratado.

Um mês depois, em 13 de abril, o START é novamente abordado no editorial “*Obama e a bomba*”, onde se critica a estratégia de desarmamento existente, liderada pelos EUA. Através da *racionalização*, o texto desacredita a tentativa da maior potência atual em tornar-se exemplo para conter a proliferação nuclear pelo resto do mundo, já que detém um dos maiores arsenais nucleares, perdendo apenas para a Rússia. Nessa *racionalização*, é válido notar que o jornal reconhece a fragilidade do TNP, ao salientar que, atualmente, “há margem, nos moldes atuais do TNP, para que seus signatários atinjam o limiar de produção da bomba sem desrespeitá-lo”. Na

opinião de um setor da comunidade internacional, o Irã está perto de atingir esses níveis, mas a realidade é que, como informa o editorial, nada até o momento foi feito de maneira ilegal ou que ferisse o acordado no TNP. Enquanto nesse editorial a *Folha* ressalta tal fragilidade, nos textos em que se mostra contrária à aproximação Brasil-Irã, há a *dissimulação* desse fato.

Ao frisar a ineficácia do TNP, o texto faz uso também da *diferenciação*, ao afirmar que o tratado “congela” a divisão entre os países detentores de armas nucleares e os demais, e, por isso, contribui para a manutenção da dominação no âmbito internacional. Essa nova estratégia norte-americana, ao assinar o START e tomar outras medidas diplomáticas no sentido de mostrar ao mundo sua tentativa de conter a própria proliferação, diz o texto, tem como objetivo ameaçar países como o Irã. Isolado dos demais como violador do TNP, o texto constrói um processo de *expurgo do outro* contra o país persa, e, mais surpreendente ainda, usa de *dissimulação* ao não mencionar a Declaração de Teerã, que, na época, estava em negociação e era vista como uma atitude positiva.

Ao concluir, o editorial reforça a crítica às iniciativas para livrar o mundo de armas nucleares, mas, novamente, não menciona a Declaração de Teerã, nem como possível exemplo a ser seguido, nem como erro de cálculo brasileiro; apenas *nega* sua existência.

Em 28 de maio de 2010, o editorial “*As duas faces de Obama*” aborda a influência externa norte-americana no processo diplomático iniciado pelo Brasil na Declaração de Teerã com naturalidade, *reificando* o cenário internacional onde, invariavelmente, uma única potência pode ingerir em assuntos diplomáticos de outros países, mas não aceita que o inverso ocorra. No texto, o jornal elogia a iniciativa do acordo feito entre Brasil, Turquia e Irã porque este seguiu diretrizes condizentes com a política externa norte-americana para o caso, o que lhe garantiria uma margem de sucesso. O texto vai mais além e chega a insinuar que a diplomacia brasileira estava também a serviço dos interesses norte-americanos, no trecho seguinte: “A proposta apresentada a Mahmoud Ahmadinejad, vê-se agora, tinha também por objetivo atender às condições impostas pelos EUA para retomar o 'processo diplomático construtivo' com o Irã” (FOLHA DE S. PAULO, 2010). Afirmando que a diplomacia brasileira, em uma negociação que foi tida por algum tempo no governo Lula como prioridade, tenha apenas cumprido os desejos do governo norte-americano, *naturaliza* e *legitima* a divisão de poder internacional, onde algumas nações são “tradicionalmente” subordinadas a interesses alheios.

Na reificação, o contexto das relações internacionais é tratado como natural e permanente; o editorial frisa que, a partir de carta do presidente norte-americano Barack Obama, foi dado um “caminho a seguir” ao presidente brasileiro Lula. No contexto do editorial, é aceitável e normal que um presidente norte-americano dê conselhos sobre política externa a um governante estrangeiro. A surpresa ocorre, no entanto, quando o presidente estadunidense muda o discurso e retira seu apoio do acordo quando este obtém êxito. A partir daí, alguns trechos servem para depreciar o Itamaraty e seu desempenho, por não ter previsto a mudança de posição de Obama e ter errado na análise tanto do contexto internacional como doméstico nos EUA. Mais uma vez, a *legitimação* é identificada, quando, ao concluir, o texto afirma que a diplomacia brasileira foi subestimada pela potência ao conseguir êxito na assinatura da Declaração. Marcas de uma perspectiva que privilegia a atuação dos países desenvolvidos no sistema mundial e não cogita que, nesse novo desenho ainda em formação, os postos de decisão internacional funcionem de forma mais democrática.

Em 11 de junho de 2010, o editorial “*O incerto e o duvidoso*” deslegitima a iniciativa turco-brasileira da Declaração de Teerã, bem como a atuação do Brasil no Conselho de Segurança da ONU como membro temporário. O editorial afirma que o acordo foi ineficaz e serviu para dar mais tempo ao governo iraniano para construir armas atômicas. Essa visão se baseia na opinião editorial do veículo de que, sem a chancela das grandes potências, nenhum acordo deste porte teria sucesso e se tornaria obsoleto. O editorial sustenta as relações de dominação presentes na disposição de poder do sistema internacional, ao não as questionar. Pelo contrário, utilizando-se da *reificação*, esse sistema mutável e transitório é retratado como atemporal e permanente, onde países em desenvolvimento não possuem possibilidade de interferir em temas de segurança nacional sem o apoio de uma ou mais potências. O editorial também não cita o apoio de agências internacionais como a AIEA à Declaração, caracterizando *dissimulação*.

Como em outros editoriais aqui analisados, o nome do presidente Mahmoud Ahmadinejad é utilizado para representar o todo do governo iraniano; caracterizando a sinédoque para sustentar uma relação de dominação (THOMPSON, 2007), desviando a atenção da estrutura mais complexa do regime do aiatolá Khamenei, que não se reduz à liderança de Ahmadinejad e tem, pelo contrário, um parlamento e um grupo de clérigos que influenciam as políticas do regime.

Embora seja crítico do acordo turco-brasileiro, o texto também questiona a eficácia da quarta rodada de sanções aprovadas contra o Irã pouco tempo após a assinatura da Declaração, devido ao imutável “fanatismo... e a furiosa hostilidade contra o Ocidente” do regime iraniano. Ao enfatizar essa contrariedade às práticas ocidentais, o editorial pratica o expurgo do outro e a diferenciação, em um processo de fragmentação onde o Irã é construído como um inimigo que deve ser combatido por todas as nações ocidentais. Para enfatizar a construção do inimigo iraniano, o texto o relaciona com exemplos históricos de governos que receberam ou recebem forte oposição ocidental, tanto de governos como da sociedade. Junto a essa está a estratégia da *metonímia*, que ocorre “quando o referente é avaliado valorativamente, positiva ou negativa, ao ser associado sutilmente com algo” (THOMPSON, 2007). Entre eles estão o governo do Apartheid sul-africano, o regime comunista de Cuba e a Coreia do Norte. Os quatro países sofrem *unificação*; há uma construção simbólica que visa a perspectiva de interligar esses governos numa tentativa de construir uma identidade coletiva entre nações e governos de contextos sócio-históricos e políticos distintos.

O jornal chega a aprofundar a tese de diferenciação ao mencionar que os dois países, Brasil e Turquia, não sairão com “estigma antiocidental” para reforçar o expurgo do outro. É válido notar que seria difícil, se não inconcebível, que o Brasil, como país ocidental e que de maneira geral sempre estimulou a integração regional, tivesse tal posição em qualquer momento histórico. Por fim, o texto termina enfatizando a *reificação* do modo de ação na arena internacional:

Mostraram-se – e este o objetivo de toda a coreografia – capazes de se afirmar como vozes emergentes no cenário global. Cenário, aliás, cada vez menos propício à hegemonia de um só país, mas nem por isto receptivo às virtudes, sempre escassas, do entendimento e da negociação (FOLHA DE S. PAULO, 11 de junho de 2010).

Ao citar as virtudes “escassas” do entendimento e da negociação, *naturaliza* a forma mais agressiva de conduzir política externa, expressa em sanções e intervenções militares. Há ainda a tese de que o governo brasileiro não tinha reais pretensões de intervir no problema iraniano, mas buscava apenas exposição midiática na comunidade global. Em geral, o texto, apesar de estar em um jornal brasileiro, alinha-se quase que totalmente à política externa norte-americana para o Irã, com exceção do parágrafo onde questiona a eficácia das novas sanções. Por todo o editorial há

um processo de deslegitimação da atuação brasileira na Declaração de Teerã e um reforço da abordagem norte-americana como resposta para sanar as tensões com o programa nuclear iraniano. O que, até agora, após as administrações de dois presidentes norte-americanos, não tem dado resultados.

Cinco dias depois da publicação do editorial acima, o jornal publica “A outra questão iraniana”, no dia 16 de junho de 2010, onde o governo brasileiro é acusado de tentar diminuir a relevância do problema iraniano de violações de direitos humanos e de não priorizar ações para tratar da repressão em sua agenda com o regime. Isso ocorreu, diz o editorial, quando o país passou a mediar o acordo sobre enriquecimento de urânio, ao mesmo tempo calando-se sobre a questão humanitária.

O editorial ressalta que o Brasil não pode ingerir em assuntos internos dos demais países – e até elogia a estratégia utilizada pelo ex-presidente Lula – mas critica a posição brasileira omissa em relação aos direitos humanos, abordando situações recentes de repressão e violência contra cidadãos iranianos. O editorial mostra a dimensão do problema ao fazer um relato sobre mortes de civis em confrontos com a polícia e a repressão política generalizada. Feita a construção desse cenário, a tentativa de negociação através da Declaração de Teerã é novamente deslegitimada, e apontada como pivô da dispersão do foco da temática humanitária. Há um sistemático *expurgo do outro* quando se trata da atuação do governo brasileiro. Este que, de acordo com o editorial, tinha como objetivo único a projeção internacional.

Ao abordar a falta de interesse da opinião pública internacional na temática humanitária no Irã, o jornal usa de *eufemização* e *passivização*. Segue o trecho:

Esmagada, a oposição não sensibiliza mais a opinião pública internacional. O governo brasileiro contribuiu para a invisibilidade desse tema ao lançar sua diplomacia numa controvertida e temerária iniciativa, com a Turquia, para manter abertas negociações com o Irã acerca de seu programa nuclear (FOLHA DE S. PAULO, 16 de junho de 2010).

Com a estratégia da *passivização*, não é a opinião pública internacional – da qual a Folha é integrante e partícipe – que não cobre mais a oposição ao regime e à repressão; pelo contrário, a oposição que não consegue mais sensibilizar a opinião pública. O que o editorial também omite,

mas acaba por sugerir com esse parágrafo, é que não só o governo brasileiro deu mais atenção ao programa nuclear iraniano em detrimento das questões humanitárias; a comunidade internacional como um todo discute majoritariamente a questão nuclear iraniana – pois esta tem potencial devastador e poderia impactar todo o mundo – em detrimento da questão interna de repressão. Essa é uma estratégia de *diferenciação* usada para destacar o governo brasileiro.

Finalmente, citando a irrelevância do acordo entre Brasil, Turquia e Irã, devido às sanções do Conselho de Segurança, o texto deixa de mencionar que o acordo não recebeu tempo suficiente para ser efetivado antes das novas sanções; a *racionalização* da situação obscurece a influência das grandes potências em não fazerem o acordo ser efetivado. Mais adiante, ao expor a recusa ao controle internacional de seu programa nuclear, falha em indicar que o Irã está sujeito, e recebe regularmente, inspeções da AIEA, fazendo uso da *dissimulação* nos dois casos, ao ocultar os fatos.

“*Ventos Ameaçadores*”, publicado no dia 24 de agosto de 2010, contém em sua primeira frase uma estratégia de *dissimulação*, com uso de informações inverossímeis. O editorial afirma que, apesar das sanções, o Irã leva adiante seu programa nuclear insistentemente. Até 2012, ano em que este trabalho foi escrito, a Agência Internacional de Energia Atômica não encontrou provas que corroborem as suspeitas do desenvolvimento de arma nuclear naquele país. O texto enfatiza o “consenso entre analistas internacionais” sobre a finalidade do programa, mas deixa de mencionar que a maior agência do mundo sobre o tema está em desacordo com essa visão, apesar de ter apreensões sobre o andamento do projeto. Existem suspeitas, mas nada foi comprovado até agora. Devido a essa “insistência”, tanto os EUA quanto Israel cogitam um ataque militar preventivo, que é *naturalizado*. Um possível ataque militar por um dos dois países, mesmo sem provas concretas da ameaça do Irã é apresentado como natural e possivelmente inevitável, havendo uma *legitimação* de uma estratégia diplomática e militar que no passado já foi usada tanto por Israel como pelos EUA.

No entanto, admite-se certo exagero na preocupação internacional com a suposta ameaça iraniana, que o texto argumenta é “sobredimensionado”. Ademais, a eficiência de um ataque militar preventivo ao Irã também seria duvidosa, escreve o jornal:

(...) já que o Irã pode ter instalações nucleares ocultas, e os efeitos colaterais, como o inevitável choque nos preços de petróleo, podem ser mais representativos do que os eventuais ganhos (FOLHA DE S. PAULO, 24 de agosto de 2010).

A ideologia se manifesta aqui no conceito de *racionalização*. As relações de dominação presentes no sistema internacional são legitimadas nesse trecho: o presente raciocínio argumenta que um ataque militar preventivo a uma nação seria ineficiente no sentido militar e igualmente no econômico, ao ocasionar choque no rentável mercado petrolífero, que goza de grande interesse das grandes potências. Não são levadas em consideração as consequências humanas: o número de civis iranianos que seriam assassinados, ou a crise econômica, política e humanitária que um ataque de tal porte poderia induzir, deixando sequelas por décadas num país já tomado pela pobreza.

O texto relata que parecem improváveis tanto um ataque iraniano quanto estadunidense ou israelense. A via concebível no momento seria a diplomática; e conclui tratando dos próximos planos do governo norte-americano:

Apesar da escalada retórica, os dois lados já se comprometeram a retomar, uma vez findo o mês sagrado islâmico do Ramadã, conversas em torno de um acordo para que o Irã envie urânio ao exterior e receba o combustível enriquecido a nível adequado para abastecer seu reator médico. A tentativa de diálogo é o melhor caminho para evitar uma escalada militar de consequências imprevisíveis para os EUA, Israel, o Irã e o mundo (FOLHA DE S. PAULO, 24 de agosto de 2010).

Esse plano, é claro, não é original, tendo sido proposto na Declaração de Teerã, que o jornal, utilizando a *dissimulação*, falha ao mencionar. Nos editoriais anteriormente analisados constatamos muitas críticas ao modelo caracterizado como ingênuo e ineficaz do acordo mediado pelo governo brasileiro. Nesse texto, porém, a mesma iniciativa, partindo do governo norte-americano, não é tratada da mesma maneira. Através do *ocultamento* dessa informação, o texto ignora a discrepância entre os discursos e legitima as ações provindas do grupo dominante, representado pelos EUA.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A lente de aumento que a globalização colocou sobre o mundo nos revelou desigualdades e exacerbou disparidades. Transparece na cobertura midiática os conflitos do período de transição atual: a revolução tecnológica da informação propicia o contato com culturas distantes, mas a sociedade global não é mais próxima ou mais solidária por isso. As relações interestatais foram profundamente impactadas por esse processo, e, no entanto, o sistema internacional vigente deixa de refletir a busca por legitimidade de atores antes considerados periféricos. Novas formas de exercer o poder acompanharam os novos usos dos meios de Comunicação no século XXI, e elas se inserem nos produtos jornalísticos consumidos diariamente.

Das problemáticas internacionais, as discussões e as tomadas de decisão sobre segurança internacional, principalmente no tocante aos arsenais nucleares, estão entre as mais deficitárias em representatividade e transparência. Daí a existência de movimentos contestatórios ao regime de não-proliferação formados por países signatários do Tratado de Não-Proliferação (TNP), e constantes defesas do direito do uso pacífico da energia nuclear.

A reforma desse modelo ultrapassado recebe resistência das grandes potências, que ainda não superaram o modelo antigo de estrutura global da Guerra Fria, onde poucos detêm o poder. Também na mídia se constata a defesa de uma construção política defasada, com pouca discussão sobre um sistema internacional mais aberto e democrático. Fatos recentes mostram que o controle cerrado que poucos países têm sobre a arena internacional não deve se sustentar; mais do que isso, as estratégias das grandes potências para manter a estabilidade global devem também ser repensadas. O fracasso das intervenções militares no Afeganistão e no Iraque, o colapso dos modelos econômicos dos Estados Unidos e da União Europeia e a forma como ambos lidaram com as revoluções no Oriente Médio, da chamada Primavera Árabe, e com os conflitos no chifre da África, demonstram isso. A ascensão econômica de países detentores de grandes populações, território geográfico e influência nacional, como a China, a Índia e o Brasil, também marcam esse momento de reorganização de lideranças.

Não é difícil entender porque mesmo sob um regime de não-proliferação nuclear, do qual a maioria esmagadora dos países é signatária, ocorra o aumento do número de arsenais nucleares pelo mundo, e não a diminuição. O modelo desigual de partilha da tecnologia da energia nuclear e o descaso com projetos de desarmamento tornam o mundo mais instável.

A iniciativa da Declaração de Teerã se insere nesses dois movimentos opostos: de um lado, contesta o controle das grandes potências na mediação de crises internacionais, e do outro, critica também o regime de não-proliferação ao qual estão sujeitos Brasil, Turquia e Irã. Mais do que isso, o acordo entre os três países tinha como objetivo acalmar tensões e impedir que uma nova guerra explodisse no Oriente Médio. O ex-chanceler Celso Amorim apontou a necessidade de impedir que o Irã se transforme no novo Iraque: onde uma busca equivocada por armas nucleares, impulsionada pelo medo da intensificação do extremismo antiocidental e apoiada pela cobertura jornalística, deixou uma situação delicada, muito pior. Passados dois anos da assinatura da Declaração de Teerã, não se pode garantir que isso seja evitado. Pelo contrário, no ano de 2012, o mundo pareceu estar muito perto disso.

Consciente desse contexto contraditório e em ebulição, este trabalho tentou analisar a forma como as representações simbólicas na mídia apresentaram o acordo mediado pelo governo brasileiro. Através desse estudo, constatou-se que:

a) Os editoriais analisados, publicados no ano de 2010 na *Folha de S. Paulo*, assumem uma estratégia ideológica ao sustentar as relações de dominação vigentes no sistema internacional. O direito de outros países senão as grandes potências – que não por coincidência são membros permanentes do Conselho de Segurança – a participarem de processos de mediação de conflitos foi sistematicamente ignorado nos textos analisados. Tampouco foram feitas discussões sobre o período de transição por que passam as forças de dominação do sistema global.

b) A partir da conclusão acima, constatamos que, mesmo com sede em um país emergente, o jornal *Folha de S. Paulo* reproduz o discurso da dominação, por este permear o noticiário internacional, que, por sua vez, é controlado por poucos conglomerados internacionais, com sede nas grandes potências. A forma de produção e disseminação do noticiário internacional cria um discurso muitas vezes unificado no Ocidente.

c) Os editoriais apresentam interpretações divergentes de atuações similares de países em desenvolvimento e potências mundiais, uma estratégia utilizada ao longo da história da política externa norte-americana e que está presente até hoje em vários contextos internacionais. Os textos acusam o Irã de violações de direitos humanos – que são absolutamente válidas e verdadeiras –, mas ignoram que a nação mais crítica ao regime cometeu crimes da mesma

natureza e em maior intensidade. A relação diplomática entre o Brasil e o Irã é também condenada pelo fato de se tratar de um regime ditatorial, mas se ignora que outras grandes potências mantêm relações mais que cordiais com regimes repressores como o da Arábia Saudita.

d) Nos textos estudados, pode-se perceber a defesa de uma tática de pressão a países cujos projetos nacionais ou regimes ameaçam a hegemonia internacional: o isolamento. Os editoriais, de forma direta ou indireta, pedem o arrefecimento das relações Brasil-Irã. A prática do isolamento internacional foi muito utilizada durante a Guerra Fria com a antiga União Soviética e persiste hoje com países como Cuba e Coréia do Norte; nestes últimos, no entanto, esta política não deu resultados, já que depois de muitas décadas, não houve mudanças significativas nesses regimes considerados ameaçadores. A eficácia desta política, que ao invés de desestabilizar pode fortalecer regimes, não é questionada. É necessário levar em conta que, apesar das críticas e suspeitas, o regime iraniano continua aberto para dialogar sobre o programa nuclear. Fechar as portas para o diálogo potencialmente incitará posições mais extremistas.

Essa temática tão vasta e complexa teve uma pequena parte contemplada neste trabalho: existem muitos outros estudos que podem ser feitos sobre o tema, como questões relacionadas a estudos de recepção do impacto dos editoriais jornalísticos no desenvolvimento da política internacional brasileira, ou sobre a influência dos atores externos no noticiário internacional veiculado no Brasil, entre muitas outras.

Após a pressão internacional e midiática, a questão iraniana recebeu menos atenção no resto do segundo mandato do governo Lula, atribuída, talvez, pelo fato de se tratar de ano eleitoral, e também pelas críticas da atuação que o governo recebeu. Dilma Rousseff, que tomou posse em 2011, segue na mesma linha ao não fazer do Irã ponto importante em sua política externa; no entanto, a presidente chamou a atenção da comunidade internacional para as violações de direitos humanos no Irã ao denunciá-las publicamente no início do governo, diferente de seu antecessor. Em março de 2012, em visita à Índia, a presidente reiterou o direito do governo iraniano e de qualquer país signatário do TNP usar a tecnologia nuclear para fins pacíficos.

No período em que este trabalho foi escrito, no primeiro semestre de 2012, o noticiário nacional e internacional veiculou planos de ataques militares preventivos por parte de Israel a instalações nucleares do Irã, previstos para julho do mesmo ano. A escalada das tensões foi apaziguada, em parte, pela oposição dos Estados Unidos ao plano, maior aliado do estado

sionista. Em junho de 2012, a AIEA declarou estar perto de um acordo com o regime iraniano para iniciar um processo de investigação das instalações nucleares, mas as negociações não obtiveram sucesso, devido à permanência das sanções contra o regime, a despeito da cooperação²⁰. Ainda paira no ar, porém, a possibilidade de uma intervenção militar no futuro.

É dever do Jornalismo e dos meios de comunicação propagar uma discussão sobre o *status quo* internacional, mas poucos são os veículos dispostos a isso. Novas formas de veicular os acontecimentos internacionais, que ressaltem a complexidade, e não o maniqueísmo das relações interestatais, precisam ser estimuladas. A população brasileira necessita compreender o novo momento vivido pelo Brasil na esfera global, tomar consciência das ações do País para além de nossas fronteiras, e fiscalizá-las. Mais do que isso, o tratamento desigual dos países, regido muitas vezes por noções subjetivas e tendenciosas sobre a conduta das nações na esfera global, onde o poder político e econômico fala mais alto, mas não mais corretamente, precisa ser rejeitado pela sociedade global. O mundo já lida com problemas devido à proliferação nuclear em ascensão; a participação de todos os governos é imprescindível para que decisões justas, que incluem todas as regiões e continentes, sejam tomadas. O Brasil deve traçar uma política consciente tanto de seu lugar e potencial, como das diferentes realidades que percorrem o mundo. Essa discussão deve ser incitada pelos brasileiros, que não devem acompanhar a possível ascensão do País como tantas outras sociedades o fizeram ao longo da história: alheias ao outro, dispostas apenas a aglutinar o conhecido e excluir o diferente. Enquanto esse tipo de comportamento não for combatido nas rodas de conversa, nas páginas dos jornais, e nos palácios oficiais, estabilidade e segurança serão difíceis de alcançar.

20 TIMES, The New York. **U.N. Chief Says Iran Deal Near on Inspecting Key Atomic Site.** Publicado em: 22 de maio de 2012. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2012/05/23/world/middleeast/un-nuclear-monitor-strikes-deal-with-iran-reports-say.html?_r=2&hp>

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Uma nova ‘arquitetura’ diplomática? – Interpretações divergentes sobre a política externa do governo Lula (2003-2006). **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v.49, n.1, p.95-116, jan/jun.2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292006000100005&script=sci_arttext. Acesso em: set. 2011.

AMORIM, Celso. Brazilian foreign policy under President Lula (2003-2010): a general overview. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v.53, p.214-240, dec. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292010000300013&script=sci_arttext. Acesso em: set. 2011.

CERVO, Amado Luiz. Brazil’s rise on the international scene: Brazil and the World. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v.53, p.7-32, dec. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292010000300002&script=sci_arttext. Acesso em: set. 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo Opinitivo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.

CAMARGO, Julia Faria. **O papel dos atores domésticos no processo de tomada de decisão em política externa: uma análise da mídia**. I Simpósio em Relações Internacionais do Programa de pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (Unesp, Unicamp e PUC-SP). 2007. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/70951870/camargo-1>. Acesso em: mar. 2012.

FOLHA DE S. PAULO. **Manual de Redação: Folha de S. Paulo**. São Paulo: Publifolha, 2007.

FORD, Aníbal. **O contexto do público: transformações comunicacionais e socioculturais**. In: MORAES, Dênis de (org.). *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Record, 2004. pp. 87 – 104.

FRIZZARINI, Maria Goreti Juvencio Sobrinho. Análise da cobertura editorialística do jornal Folha de S. Paulo sobre a globalização, a política externa e a reinserção do Brasil na economia mundial durante 1995-2006. **Communicare: Revista de pesquisa**, São Paulo, vol. 7, n.1, p. 1-29, 2007. Disponível em: http://www.fafich.ufmg.br/compolitica/anais2007/gt_ip-goreti.pdf. Acesso em: ago. 2011.

JESUS, Diego Santos Vieira. V. Em nome da autonomia e do desenvolvimento: o Brasil e a não-proliferação, o desarmamento e os usos pacíficos da energia nuclear. **Revista Meridiano 47**, Brasília, vol. 13, n. 129, jan.-fev. 2012. Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/MED/article/viewFile/5677/5145>. Acesso em: fev. 2012.

JOHANN, Juliana. **Percepções e Prioridades externas no mundo árabe: visões a partir do terceiro setor**. In: Diálogo América do Sul - Países Árabes / org., Helóisa Vilhena Araújo; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2005.

MARQUES DE MELO, José. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MEIHY, Murilo Sebe Bon. **Por Devoção à República: Nação e Revolução no Irã entre 1978 e 1988**. 2007. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) – Departamento de História, PUC-Rio, Rio de Janeiro. Disponível em: http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0510852_07_cap_02.pdf. Acesso em: mar. 2012.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Estratégia Nacional de Defesa**. 2008. Disponível em: http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia/arquivos/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf. Acesso em nov. 2011.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Resenha de Política Exterior do Brasil, número 107, 2º semestre de 2010**. Departamento de Comunicações e Documentação, 2011. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/divulg/documentacao-diplomatica/publicacoes/resenha-de-politica-exterior-do-brasil>. Acesso em fev. 2011.

MORAES, Dênis de (org.). **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

MOREIRA, William de Sousa. **O regime de não-proliferação nuclear mundial e o cerceamento tecnológico**. Trabalho apresentado no IV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ENABED-IV - Brasília, JUL 2010). Disponível em: <http://www.abed-defesa.org/page4/page9/page2/page10/files/williamoreira.pdf>. Acesso em: ago. 2011.

NASCIMENTO, Luiz Marine José. O Nascimento da Folha. In: **O que diz e o que faz a Folha de S. Paulo com o seu dizer: as imagens do discurso nos editoriais sobre a compra de votos**. 2003. 156f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada a Linguagem e Trabalho) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, PUC-SP, São Paulo. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/pos/lael/lael-inf/teses/LuizMarine.pdf>.

NYE, Joseph S. **O paradoxo do poder Americano: Porque a única potência do mundo não pode seguir isolada.** UNESP, 2002.

POLK, William R. **Understanding Iran: everything you need to know, from Persia to the Islamic Republic, from Cyrus to Ahmadinejad.** Palgrave Macmillan, 2009.

PREISS, J. L. S. As Relações Brasil-Irã: dos antecedentes aos desdobramentos no século XXI. **ANMO: África del Norte y Medio Oriente**, n. 1, p. 45-60, 2011. Disponível em: <http://www.cemoc.com.ar/ANMO%201%20-%203%20Relacoes%20Brasil.pdf>. Acesso em: nov. 2011.

REZENDE, Eduardo Rodrigues de. A atual pouco compreendida política externa brasileira. **Universitas: Relações Internacionais**, Brasília, v. 9, n. 1, p. 439-451, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/relacoesinternacionais/article/view/1332>. Acesso em: fev. 2012.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **Mil dias: os bastidores da revolução em um grande jornal.** Sao Paulo: Trajetória Cultural, 1988.

SILVA, Marcos Machado da. **Os Programas Nucleares do Brasil e do Irão: Pontos de Tangência e Afastamento .** Disponível em: http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=769>. Acesso em out. 2011.

STEINBERGER, Margarethe B. **Discursos geopolíticos da mídia: jornalismo e imaginário internacional na América Latina.** São Paulo: FAPESP, Educ, Cortez, 2005.

TASCHNER, Gisela. **Folhas ao vento: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia.** Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa.** 7 ed., Petrópolis: Vozes, 2007.

ANEXOS

ANEXO A – Aventura em Teerã

Publicado em 14 de fevereiro de 2010

No momento em que EUA e Irã acirram o embate em torno do programa nuclear do país persa, nada obriga o Brasil a alinhamentos automáticos.

Ao mesmo tempo em que é razoável duvidar da eficácia das sanções ora defendidas pelos norte-americanos, cumpre romper com o papel de advogado de defesa do autoritário governo iraniano – função que o país parece querer desempenhar desde a reeleição do presidente Mahmoud Ahmadinejad, em junho do ano passado.

Dentro do quadro que se configura, seria prudente suspender a viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Irã, programada para maio, como contrapartida à vinda do mandatário iraniano ao Brasil, em 2009.

Razões pragmáticas e de princípios se unem para tornar recomendável o cancelamento. Sob violenta repressão policial, milhares de iranianos têm se manifestado contra as restrições aos direitos civis impostas pelo regime dos aiatolás.

Em resposta, a teocracia islâmica condena opositores à morte. Não faz sentido o Brasil apressar-se em ser compreensivo com um governo que enforca dissidentes. Foi isso o que fez, no entanto, logo após a controversa eleição de Ahmadinejad.

Não bastassem as circunstâncias políticas, agravam-se os confrontos relativos ao desenvolvimento de tecnologia nuclear pela república islâmica. As declarações do governo local a esse respeito não podem ser divorciadas da lógica da política interna do país. É recurso conhecido de regimes autoritários, ou que enfrentem crise de legitimidade, a tentativa de galvanizar o apoio da população em torno de algum projeto nacional, ao mesmo tempo em que se demonizam as críticas vindas do exterior.

O domínio do processo de enriquecimento do urânio é um projeto antigo dos iranianos, que afirmam persegui-lo apenas para uso energético e em tratamentos medicinais. O país, entretanto, dificulta a fiscalização da Agência Internacional de Energia Atômica e recusou, tal

como apresentada, a proposta de EUA, França e outros países ocidentais de realizar o processamento do urânio no exterior.

Daí o desejo dos EUA de impor sanções. É razoável, em contrapartida, o argumento do chanceler Celso Amorim de que medidas que afetem a economia iraniana podem ser contraproducentes e dificultar um desenlace negociado. Ele também acerta ao condenar a recente bravata de Ahmadinejad, que alardeou a capacidade de produzir urânio enriquecido ao nível de 80%, próximo ao patamar necessário para fazer a bomba.

Se realizado, tal procedimento representaria uma clara violação ao acordo internacional de não proliferação de armas nucleares.

O modo como se desenvolverá o embate entre Irã e países ocidentais é imprevisível. O Brasil nada terá a ganhar ao se fazer representar, em maio próximo, no lugar errado, na hora errada.

A política externa brasileira, tradicionalmente conhecida por sua discrição, equidistância e passos seguros, tem sido marcada, em especial no segundo mandato do presidente Lula, por comportamentos erráticos e decisões trêfegas. Servem como exemplos o apoio incondicional, em Honduras, ao presidente deposto Manuel Zelaya e, no caso do Irã, ao governo de Ahmadinejad. O país saiu derrotado -e sua imagem, prejudicada- no primeiro caso. Ainda há tempo para reparar o erro, no segundo.

ANEXO B – Clube nuclear

Publicado em 29 de março de 2010

HÁ AO MENOS um simbolismo positivo no novo tratado de desarmamento nuclear entre EUA e Rússia, anunciado pelos presidentes Barack Obama e Dmitri Medvedev na sexta-feira. A meta é reduzir em sete anos o arsenal de cada um dos países para um máximo de 1.550 ogivas com capacidade de alcance intercontinental. Os norte-americanos detêm atualmente cerca de 2.200 artefatos deste tipo, e os russos, 2.800. Obama anunciou o plano como um passo importante para superar a herança dos "dias mais negros" da Guerra Fria. "Fortalecemos nossos esforços globais para impedir a proliferação destas armas e garantir que outras nações assumam

suas próprias responsabilidades", completou. O recado tem mais de um destinatário.

A começar pelo Irã, que Washington acusa de desenvolver programa nuclear com fins militares, e pelos países, como o Brasil, que hesitam em apoiar sanções contra Teerã no Conselho de Segurança. A mensagem também destina-se aos envolvidos na revisão quinquenal do Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP). Para tentar conter o surgimento de novas potências atômicas, os EUA pressionam países que não aderiram ao Protocolo Adicional do TNP -caso do Brasil- a fazê-lo. O protocolo autoriza inspeções não programadas em unidades de enriquecimento de urânio dos signatários. É no mínimo duvidoso que o acordo contribua para alcançar tais objetivos.

Mesmo com os cortes, os dois países continuarão a ter os maiores arsenais do mundo, o que limita a possibilidade de servirem de exemplo para quem quer que seja. A dinâmica que impulsiona novos países a desenvolverem armas nucleares, de resto, segue uma lógica que escapa à relação entre EUA e Rússia. É difícil crer que a tendência de longo prazo, quanto a isso, não seja oposta à desejada pelo governo dos EUA. O mais provável é que o número de integrantes do clube venha a crescer nos próximos anos.

ANEXO C – Obama e a bomba

Publicado em 13 de abril de 2010

DEVE SER vista com cautela a recente ofensiva do presidente dos EUA, Barack Obama, no âmbito da política nuclear. Sucessivos lances diplomáticos nas últimas semanas foram apresentados pelos americanos como medidas exemplares, que reforçariam a autoridade moral do país na tentativa de conter o uso de material atômico para fins bélicos em todo o planeta. Não obstante os aspectos positivos, a eficácia de tais medidas é questionável – bem como as motivações que as produziram. O primeiro movimento veio na forma de um acordo com a Rússia para a redução do arsenal atômico dos dois países, que deverá ser limitado a 1.550 ogivas com capacidade de alcance intercontinental, em sete anos.

Os norte-americanos detêm atualmente cerca de 2.200 artefatos deste tipo, e os russos, 2.800. Em seguida, os EUA anunciaram a revisão de sua política nuclear, ao detalhar os cenários

em que se considerariam no direito de utilizar armas atômicas. Ficariam protegidas desta ameaça as nações signatárias do TNP (Tratado de Não Proliferação Nuclear) e de outros acordos internacionais sobre o tema.

O país também lidera a cúpula de 47 nações reunidas ontem e hoje, em Washington, com o objetivo declarado de evitar o risco de terroristas fazerem uso de artefatos atômicos. As iniciativas buscam conferir mais legitimidade aos esforços para limitar o acesso aos meios de fabricação da bomba por um número maior de países. Obama diz desejar que outras nações sigam o exemplo e "assumam suas próprias responsabilidades". Há margem, nos moldes atuais do TNP, para que seus signatários atinjam o limiar de produção da bomba sem desrespeitá-lo. Daí que a ofensiva dos EUA vise a reformar o tratado, tornando-o mais restritivo, na próxima reunião quinquenal de revisão de seus termos, em maio. As medidas de Obama, todavia, não bastam para que isso aconteça. Falta-lhes poder de convencimento.

O tratado, embora necessário, é reconhecidamente injusto, pois "congela" a divisão entre países detentores de armas nucleares e os demais, que renunciam a essa tecnologia militar. Torná-lo mais rigoroso, ameaçando a própria pesquisa para fins pacíficos, enfrentará legítimas resistências, ainda mais quando o exemplo americano mostra-se insuficiente. Mesmo se for bem sucedido, o acordo com a Rússia manterá os dois países com gigantesco arsenal atômico. A revisão da política dos EUA sobre ataques nucleares traz implícita a ameaça a países que Washington considera, por seus próprios critérios, violadores do TNP -caso do Irã. E, ademais, o risco terrorista depende do acesso a tecnologias que apenas as potências atômicas detêm.

Livrar a humanidade das armas nucleares é um objetivo louvável. Mas não se vislumbra no horizonte um mundo no qual as potências sintam-se encorajadas a renunciar a seu poderio e as nações que hoje se consideram ameaçadas vejam-se desestimuladas a produzir a bomba.

ANEXO D – O incerto e o duvidoso

Publicado em 11 de junho de 2010

Aprovadas as sanções contra o Irã no Conselho de Segurança da ONU, encerra-se sem glória, mas também sem vexame, a participação brasileira nos esforços de intermediar as relações entre o regime de Mahmoud Ahmadinejad e a comunidade internacional. Formalmente aceita por Teerã, a proposta de acordo apresentada pelo Brasil e pela Turquia, contemplando o enriquecimento de urânio fora do território persa, não foi capaz de convencer as principais potências mundiais, em especial os Estados Unidos, de que Ahmadinejad estaria disposto a desistir do projeto de contar com um arsenal atômico.

São fortes as evidências, com efeito, de que o plano turco-brasileiro não teria outro efeito a não ser o de conceder mais tempo para o regime iraniano prosseguir sem percalços na construção de uma bomba atômica. As dúvidas acerca daquele acordo não eram muito maiores, entretanto, do que as existentes em torno das sanções agora implementadas. Trata-se da quarta, e mais enfática, tentativa internacional de intimidar as atividades estratégicas do país persa -e nada indica que venha a apaziguar a prática e a retórica de um governo dominado pelo fanatismo religioso, pelos propósitos de hegemonia regional e pela mais furiosa hostilidade contra o Ocidente. É reduzido o histórico dos sucessos obtidos por meio de sanções internacionais. O mais eloquente, sem dúvida, foi o que se registrou no caso da África do Sul: o cerco diplomático e comercial contra aquele país teve papel importante, mas não exclusivo, no fim do "apartheid". Ocorre que, mal ou bem, a elite racista do país africano pretendia-se integrada a padrões ocidentais de consumo e de desenvolvimento; além de enfrentar vigorosa oposição interna, não estava disposta a pagar o preço de isolar-se em definitivo. Em Cuba e na Coreia do Norte, para citar apenas dois exemplos, ditaduras se mantêm apesar de bloqueios duríssimos, e encontram motivos de perversa legitimação nacionalista na própria resistência que opõem à mudança. Não se sabe até que ponto as sanções das Nações Unidas irão fortalecer o movimento interno de oposição ao regime dos aiatolás; a ameaça de uma bomba iraniana, ao que tudo indica, é algo no momento tão próximo -ou tão distante- quanto no caso de se ter aceitado o acordo proposto pelo Brasil e pela Turquia. Por isso mesmo, estes dois países não saem derrotados do episódio, nem

parece plausível que venham a sofrer futuramente o peso de algum estigma antiocidental.

Mostraram-se -e este o objetivo de toda a coreografia- capazes de se afirmar como vozes emergentes no cenário global. Cenário, aliás, cada vez menos propício à hegemonia de um só país, mas nem por isto receptivo às virtudes, sempre escassas, do entendimento e da negociação.

ANEXO D – A outra questão iraniana

Publicado em 16 de junho de 2010

Em novembro passado, durante visita ao Brasil, o dirigente iraniano, Mahmoud Ahmadinejad, ouviu do presidente Lula uma declaração de princípio: a política externa brasileira tem compromissos com a democracia e a defesa dos direitos humanos. Não poderia ser diferente, embora as relações externas de qualquer país devam ser conduzidas com espírito pragmático, subordinadas ao interesse estratégico nacional. O apoio à democracia e aos direitos humanos deve traduzir-se em pressões comedidas e proporcionais, evitando, tanto quanto possível, ingerência nos assuntos internos dos demais países.

Nesse sentido, as palavras de Lula em novembro equilibraram-se bem entre os imperativos do interesse nacional e da coerência com as diretrizes da diplomacia. Transcorreu um ano desde que a teocracia do Irã reprimiu com violência manifestações de partidários do candidato rival, Mir Hossein Mousavi, contra alegadas fraudes na reeleição de Ahmadinejad. Foram mortas em confrontos com a Guarda Revolucionária entre 36 e 70 pessoas -segundo versões, respectivamente, de governo e oposição. Os protestos prosseguiram por alguns meses, mas arrefeceram até desaparecer. Os pretorianos dos aiatolás voltaram a ocupar as ruas no aniversário da eleição para impedir protestos. Esmagada, a oposição não sensibiliza mais a opinião pública internacional. O governo brasileiro contribuiu para a invisibilidade desse tema ao lançar sua diplomacia numa controvertida e temerária iniciativa, com a Turquia, para manter abertas negociações com o Irã acerca de seu programa nuclear. O objetivo central foi alcançado: projetar o Brasil no cenário internacional como ator relevante. O acordo obtido, porém, pouco afeta a capacidade persa de vir a construir armamento atômico. Tampouco impediu que os EUA

fizessem aprovar, no Conselho de Segurança da ONU, novas sanções contra o Irã, pela recusa de sujeitar seu programa a controle internacional. Mas contribuiu, sem dúvida, para fortalecer o regime iraniano, no plano interno, e ofuscar o drama irresolvido da repressão a seus opositores.

ANEXO E – Ventos ameaçadores

Publicado em 24 de agosto de 2010

A insistência do Irã em levar adiante seu programa nuclear, apesar da recente imposição pelas Nações Unidas de uma quarta rodada de sanções, vem reavivando o debate, nos EUA e em Israel, sobre a possibilidade de um ataque militar preventivo ao país persa. A discussão ressurgiu com força quando o principal comandante militar americano, almirante Mike Mullen, afirmou à imprensa no início deste mês que "a opção militar tem estado sobre a mesa e segue sobre a mesa". Ganhou decibéis com reportagem da revista "The Atlantic" na qual o premiê israelense, Binyamin Netanyahu, alertava que, caso os EUA não evitem que o Irã obtenha a bomba atômica, seu país teria de agir. É consenso entre analistas internacionais que, embora Teerã negue a intenção bélica de seu programa atômico, o objetivo final do regime dos aiatolás é ao menos obter a capacidade de construir um artefato nuclear. Mesmo que esse seja o caso, o tamanho da ameaça iraniana é muitas vezes sobredimensionado: apesar da abjeta retórica de seu presidente, que fala em varrer Israel do mapa, é improvável que, mesmo com a bomba, o Irã viesse a se aventurar a um ataque nuclear contra o país. Estima-se que o Estado judaico possua arsenal atômico, não declarado, de cerca de 200 ogivas, algo que o Irã levaria décadas para obter.

Além disso, tem o apoio dos EUA, com seu enorme poderio militar. Questões geográficas -como atacar Israel sem atingir os aliados palestinos do Hamas?- e religiosas -um ataque ao país atingiria Jerusalém, terceira cidade mais sagrada para o islã- também parecem tornar improvável uma ofensiva iraniana. Ainda assim, pressões políticas internas poderiam levar Israel a agir militarmente contra o Irã. Mesmo nos EUA, parte considerável da população reagiria bem a um ataque contra o país persa, cálculo que pode ser levado em conta num ano de eleições, no qual as projeções indicam que o governante Partido Democrata sofrerá dura derrota para a oposição. Apesar dos ventos ameaçadores, uma ação preventiva dos EUA ou de Israel ainda não parece

provável. Recente reportagem do jornal "The New York Times" mostrou que a Casa Branca está empenhada em convencer o parceiro de que a ameaça nuclear do Irã ainda não é iminente.

Além disso, há dúvidas sobre a eficiência de um ataque como esse, já que o Irã pode ter instalações nucleares ocultas, e os efeitos colaterais, como o inevitável choque nos preços de petróleo, podem ser mais representativos do que os eventuais ganhos. Apesar da escalada retórica, os dois lados já se comprometeram a retomar, uma vez findo o mês sagrado islâmico do Ramadã, conversas em torno de um acordo para que o Irã envie urânio ao exterior e receba o combustível enriquecido a nível adequado para abastecer seu reator médico. A tentativa de diálogo é o melhor caminho para evitar uma escalada militar de consequências imprevisíveis para os EUA, Israel, o Irã e o mundo.